

julho 2023

Estudo Formativo
ED-Comunicar:
do Conhecimento
à Mobilização

A urgência
de ler o mundo:

Desenvolvimento



ED Comunicar
Do conhecimento à mobilização

A coleção Estudos Formativos ED-Comunicar

A urgência de ler o mundo – Estudos Formativos ED-Comunicar é uma coleção de seis estudos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG). Convida a renovar e atualizar o olhar sobre realidades e questões nevrálgicas que, não sendo novas, permanecem como desafios estruturais das sociedades globalizadas em que vivemos hoje: Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Cidadania Global; Paz.

Os seis temas que serão tratados ao longo dos Estudos Formativos ED-Comunicar derivam do Referencial de Educação para o Desenvolvimento (2016), doravante designado Referencial de ED, documento orientador e de enquadramento da intervenção pedagógica da EDCG, na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário. Assim, cada estudo procurará aprofundar e atualizar a forma como estes temas são tratados no Referencial de ED. Enquanto este foi especificamente concebido para educadores/as e escolas, esta série de seis estudos trazem propostas que

procuram alargar a abrangência do Referencial para novos públicos.

Esta coleção é um dos resultados do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, cofinanciado pelo Camões, I.P., coordenado pela ADRA Portugal e implementado em parceria com sete ONGD portuguesas: AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

O objetivo central do projeto é promover a afirmação e apropriação da EDCG em Portugal, no sentido de contribuir para processos de transformação social com vista a uma sociedade mais democrática, participativa e justa. Dirige-se prioritariamente a atores do desenvolvimento, das organizações da sociedade civil, das autarquias e da comunicação social, bem como à população em geral.

ÍNDICE

I

P. 10 (Re)visitar o que entendemos por desenvolvimento: composições, recomposições e alternativas

P. 11-13 *O desenvolvimento como mundivisão ocidental de ambição universal*

P. 14-15 *As críticas reformistas e os desenvolvimentos alternativos*

P. 16-19 *Um pluriverso de alternativas ao desenvolvimento*

P. 20-21 *As críticas das críticas e os desafios da cidadania ativa*

2

P. 22 Observar a realidade: dos holofotes institucionais às luminárias de alternativa

P. 23-26 *O desenvolvimento em números – as visões oficiais*

P. 27-33 *“Outro mundo é possível” – exemplos do Norte ao Sul, do local ao global*

P. 28 *Agroecologia*

P. 29 *Buen vivir*

P. 30 *Decrescimento*

P. 31 *Ubuntu*

P. 4 Glossário

P. 4 Agradecimentos

P. 5 Prefácio

P. 7-9 *Entre o que já sabemos que não pode ser e o que será, o desenvolvimento é o que decidirmos (ou não) fazer agora*

3

P. 34 Lentes, roteiros e bússulas de EDCG: caminhos de aprendizagem para a transformação social

P. 36-38 *Do desenvolvimento à Educação para o mesmo e mais além*

P. 39-41 *Singularidades desta educação para... - um roteiro e um barómetro EDCG*

P. 42 Posfácio

P. 44 Referências

Glossário

ADRA Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
APD Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAD Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CIDAC Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
ECG Educação para a Cidadania Global
ED Educação para o Desenvolvimento de Educação para o Desenvolvimento
EDCG Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global
ENED Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
ETS Educação para a Transformação Social
GENE Global Education Network Europe
GTDF *Gesturing Towards Decolonial Futures* (Gestos Rumo a Futuros Decoloniais)
FGS Fundação Gonçalo da Silveira
FMI Fundo Monetário Internacional
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IMVF Instituto Marquês de Valle Flôr
IPS UE Índice Regional de Progresso Social da União Europeia
NATO North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG Organização Não Governamental
ONGD Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
ONU Organização das Nações Unidas
OSC Organização da Sociedade Civil
PIB Produto Interno Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPONGD Plataforma Portuguesa das ONGD
UE União Europeia
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Agradecimentos

A elaboração deste estudo radicou num processo de aprendizagem colaborativo com a parceria do projeto, alargado à participação de fóruns de auscultação e reflexão diversos, no sentido de incluir visões e linguagens plurais. As autoras gostariam de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para alimentar a reflexão que deu forma a este estudo: Ana Castanheira (IMVF); Ana Afonso, Eunice Magalhães e Márcia Barbosa (CPCJ Porto Oriental); Ana Leonor Santos (UBI); Ana Luísa Martinho (A3S); Bárbara Troca (Mundo A Sorrir); Beatriz Braga (ADRA); Carmen Maciel (ADRA); Catarina Gonçalves (Rosto Solidário); Dani d’Emilia (Coletivo GTDF); Eva Jesus (FGS); Graça Costa (EAPN); Jordi Estivill (A3S); Júlio Paiva (EAPN); Jorge Andrade e José Capela (Mala Voadora); Jorge Cardoso (FGS); José Ricardo (Centro Social de Soutelo); Luísa Teotónio Pereira (especialista em EDCG); Maria Capucho (Mundo A Sorrir); Maria José Vicente (EAPN); Maria Vlachou (Acesso Cultura); Mónica Santos Silva (IMVF); Sandra Araújo (EAPN); Sandra Fernandes (FGS); Sérgio Aires (sociólogo, perito na área da pobreza e exclusão social); Sílvia Franco (FGS); Sofia Lopes (AIDGLOBAL); Rute Machado (Fundação Cidade de Lisboa); Rute Serronha (AETP – Associação de Escolas do Torne e Prado); Vinícius Ramos (PAR Respostas Sociais).

Prefácio

Desenvolvimento. Sustentabilidade. Inclusão social.

Que significado têm hoje muitas das palavras que, como estas, usamos no nosso dia a dia? Portadoras de sonhos? Esvaziadas pela banalidade, pela exaustão ou pela sua apropriação por lógicas que reclamam estas intenções, mas pervertem os sentidos e significados na sua utilização?

Para apresentar o seu tema, os estudos recorrem frequentemente à explicação das palavras socorrendo-se da etimologia, da área da linguística dedicada ao estudo da origem das palavras através dos vocábulos que as compõem. No caso deste estudo, seriam os vocábulos des-en-volver-mento. Não é o caso aqui. Por um lado, a etimologia não é a área de estudo da linguística mais próxima da nossa abordagem, por outro lado, este não é um

estudo convencional. Vejamos o primeiro lado.

A abordagem deste estudo enraíza-se assumidamente em bases das ciências sociais e de ativismo cívico. *Qual então o sentido de trazer a linguística a este prefácio?*

Um primeiro sentido é o de propor uma analogia entre o processo analítico da etimologia (de decomposição das palavras em partes mais pequenas para voltar a integrar e compreender o todo) e a abordagem que aqui propomos de procurar compreender as causas profundas e a complexidade dos nossos desafios em matéria de desenvolvimento.

Um segundo sentido é o de chamar para o plano consciente a relevância das palavras e da linguagem na construção de cultura. Cultura

entendida em sentido lato, como conjunto de costumes, tradições, crenças, padrões morais, manifestações artísticas e intelectuais entre outras características que distinguem as sociedades ou grupos sociais. Portanto, face ao campo científico da linguística, andamos mais próximas da sociolinguística, ou seja, da forma como a linguagem é usada em sociedade, como molda e é moldada pelos usos humanos em diferentes contextos e ao longo do tempo. Mais próximas da consciência de como as palavras e a linguagem são veículos de estruturação e reestruturação da forma como apreendemos e nos relacionamos com o mundo.

Por outro lado, este não é um estudo convencional porque não é um estudo académico de carácter teórico ou de análise de dados sobre

uma determinada realidade empírica. Não é um relatório recheado de novos dados estatísticos ou das últimas novidades conceptuais da academia, nem é um manual sobre metodologias.

Este é um estudo formativo de EDCG – Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global. É o resultado de um processo, um itinerário de questionamento e aprendizagem, desde logo das suas autoras, mas também de todas e todos aqueles que conosco debateram ideias e versões de trabalho, num processo partilhado que decorreu ao longo de uma coleção de seis estudos no total. Seis itinerários de leituras (científicas, filosóficas, artísticas, jornalísticas, *websites*, manifestos), de diálogos e conversas, de conferências, de filmes e peças de teatro, de fotografias e imagens. Itinerários de aprendizagem que convocam quem lê a questionar, duvidar, exercitar, explorar mais informação, deixar-se inspirar... Itinerários onde

todas as pessoas que nos leem são convidadas a juntar-se a este ‘nós’ que é a lente da EDCG de leitura do mundo e de aprendizagem ao longo da vida.

Em coerência com os processos de aprendizagem, os produtos, ou seja, as publicações digitais que deles resultam (os seis estudos formativos desta coleção) são também reflexo dessa pluralidade de referências, influências e inspirações, recorrendo a linguagens científicas, usando metáforas e expressões literárias, usando trechos de diálogos ou ensaios inspiradores, convidando a observar imagens...

A EDCG procura ir às raízes das questões complexas, no caso deste estudo, das questões sobre o desenvolvimento, que hoje nos incitam para um sentimento de urgência. Esta abordagem educativa propõe uma lente de olhar crítico sobre a realidade que nos envolve. É uma lente que anseia por encontrar formas de articulação e equilíbrio entre os desafios da regulação glo-

bal da humanidade e do planeta, e a nossa ação no dia a dia, à escala micro, individual, local. É uma educação para a busca incessante de paz e justiça social.

Mais ainda. Desenvolvimento é uma palavra que define a identidade, parte do nome, desta abordagem educativa: ED – Educação para o Desenvolvimento. *Como podemos hoje entender o desenvolvimento? De que conteúdos, significados e catalisadores de sonhos podemos então recheiar este conceito hoje? E será que ele ainda pode ser catalisador de sonhos? Será que ele ainda nos define?*

Entre o que já sabemos que não pode ser e o que será, o desenvolvimento é o que decidirmos (ou não) fazer agora

Há palavras sem as quais se torna muito difícil expressarmo-nos no dia a dia. Desenvolvimento é uma delas, desde logo por ser o substantivo do verbo desenvolver, ou seja, fazer algo crescer, fortalecer, aumentar capacidades ou possibilidades, progredir ou fazer progredir. Neste sentido de senso comum, desenvolvimento é o progresso que resulta das ações que encetamos para desenvolver, ou fazer progredir algo num determinado sentido.

A origem do conceito de desenvolvimento vem da biologia, associado à evolução dos seres vivos. “Com Darwin, a palavra desenvolvimento passou a ter uma concepção de transformação, vista como um movimento na direção da forma mais apropriada. Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. A transferência da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com o darwinismo social”. Esta é uma “corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução ou, conseqüentemente, seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é

superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas” (Santos, Braga, e Souza, 2012).

O desenvolvimento de que tratamos neste estudo é um conceito herdeiro deste percurso histórico, mas é fundamentalmente um conceito do século XX, primeiramente apropriado pela economia e progressivamente por outras ciências sociais. É um campo de conhecimento e ação multidisciplinar. Em muitos textos é, inclusivamente, dada uma data concreta - 1949 - a partir da qual nasce um paradigma, ou uma visão do mundo, em grande medida guiada pelo conceito de desenvolvimento, ou pela aspiração ao desenvolvimento como um bem. “Ninguém pode estar contra o desenvolvimento”. “Quem seria capaz de desejar que uma criança, uma planta ou a sociedade em seu conjunto não se desenvolvesse, não melhorasse?” (Gómez, 2011).

Se convocamos aqui a origem do conceito, é para sublinhar uma ideia que queremos enfatizar sobre o olhar da EDCG. Um olhar de inquietação e inconformismo que procura desvelar as causas profundas dos problemas, que visa estimular a transformação da realidade social. Neste sentido, num primei-

ro olhar sobre o desenvolvimento quando aplicado à ação humana, podemos entendê-lo, antes de mais, como um verbo operativo: desenvolver. **O que fazemos nós, pessoas individuais e humanidade, para promover a evolução, o crescimento, a progressão?** É, portanto, um conceito que incorpora uma ideia de processo e uma ideia de transformação da realidade de um momento presente, que apresenta determinadas características, para outro no futuro, em que queremos produzir mudança ou transformação. As nossas ações e as nossas inações, conscientes ou inconscientes, individuais e coletivas, são construtoras do percurso que trilhamos e que, ativa ou passivamente, concorrem para transformar (para melhor, pior ou simplesmente diverso) ou reproduzir (manter) a realidade social.

Revisitar o conceito de desenvolvimento, enquanto tema da nossa coleção - A urgência de ler o mundo -, ganha particular premissa quando designadamente a UNESCO, tem vindo a reconhecer e integrar, nos últimos anos, a ideia de que estamos a viver uma época marcada pelo ‘antropoceno’. Ou seja, uma nova época relativa à evolução histórica do planeta terra, uma contagem de tempo à escala geológica, cuja caracte-

ística distintiva é a de que as mudanças no planeta terra resultam de impactos diretos da ação humana sobre o meio ambiente (UNESCO, 2018).

Também o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2021/22, é alarmante ao indiciar o retrocesso de uma marcha de progresso da humanidade, medida segundo o seu índice estatístico o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Efetivamente, pela primeira vez em 30 anos (o índice é medido desde 1990) verificou-se uma diminuição do IDH global durante dois anos consecutivos e 90% dos países do mundo viram o seu IDH diminuir. O relatório é também contundente a alertar-nos para a complexidade e as incertezas sem precedentes, que caracterizam as condições de vida e de existência atuais no planeta (PNUD, 2022).

É neste contexto que uma primeira exortação às nossas leitoras e leitores é para se situarem neste quadro de urgências coletivas e também de desafios pessoais ao desenvolvermos ações todos os dias como pessoas, como cidadãos e cidadãs, como profissionais.... **O que pode ou não estar nas nossas mãos?**

Entre a magnitude das urgências globais, da complexidade e das incertezas, e a pressão avassaladora do que percecionamos como o ínfimo que pode ser o nosso papel en-

quanto seres individuais, há muitos lugares e formas de estar, ser, poder, agir, pensar... A EDCG propõe instrumentos para exercitar equilíbrios, a partir da singularidade e subjetividade de cada pessoa. Instrumentos para exercitar o equilíbrio entre o 'eu' e o 'outro', entre 'nós' e 'eles', entre o local e o global. Convoca a um pensamento crítico, onde cada pessoa possa encontrar os seus trajetos de aprendizagens, os seus sentidos e utilidades. Mas a EDCG não é neutra, procura equilíbrios que ambicionam um desenvolvimento da paz, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

Mas para saber o que decidimos fazer (ou não) para nos desenvolvermos, importa determinar-nos sobre o que é então esse conceito que, desde meados do século XX, entrou no nosso vocabulário quotidiano, e no nosso imaginário coletivo, enquanto um valor e uma aspiração. Importa passar do verbo desenvolver ao substantivo desenvolvimento. Recheiar o conceito dos significados que lhe têm vindo a ser atribuídos.

Assim, o primeiro capítulo deste itinerário de aprendizagem é dedicado a (re)visitar estes recheios, os significados que o conceito foi assumindo ao longo das décadas, à medida que se foi ajustando às críticas, às transformações da realidade, às consequências da sua própria narrativa. Há argumentos para todos os gostos e lugares possíveis no espectro de posicionamentos! Há as críticas reformistas, propondo expansões, realinhamentos

e reajustes aos significados. Há as críticas que recusam o próprio conceito considerando-o um instrumento de reprodução de lógicas neocoloniais, capitalistas e patriarcais. Há as críticas das críticas que, reconhecendo limites e obstáculos, resistem a abdicar das aprendizagens e conquistas de um caminho percorrido por muitas pessoas e organizações, por muitas iniciativas, movimentos e causas ativistas nos cinco continentes. Críticas profundamente comprometidas com a justiça social, o bem-estar, a paz, o respeito pelas pessoas e pela natureza. E todas estas perspetivas se acumulam no presente, colocando este campo numa das linhas de debate mais acesas na academia, nos movimentos sociais e nas agendas políticas.

Por entre estes debates, há conteúdos do original conceito de desenvolvimento – o de 1949 – que não mais podem ser entendidos como um valor ou um bem universal. Para mencionar alguns dos que reúnem consensos mais alargados, refira-se, por exemplo, a consciência clara dos limites das nossas formas de produção económica extractivistas, ou seja, baseadas na extração de recursos naturais para a produção industrial, sejam eles de natureza animal, vegetal ou mineral. Ou os limites da retórica do crescimento económico como condição de bem-estar das populações. Apesar da prevalência significativa desta retórica na atualidade, está hoje demonstrado pelos mais variados exemplos e evidências ao longo das décadas, que o

aumento do PIB não corresponde necessariamente à diminuição da pobreza e aumento do bem-estar. Pelo contrário, as **desigualdades** têm vindo a agravar-se entre os mais ricos e os mais pobres, mesmo em cenários de crescimento económico. Outros exemplos, consideravelmente mais controversos, podem ser os questionamentos sobre a ciência como forma de conhecimento supremo, a ambição de universalismo, o antropocentrismo ou as racionalidades instrumentais e produtivistas, entre muitas outras questões.

Não cabe neste estudo desenvolver todas as críticas nem todos os caminhos, o que já está extensamente documentado em diversos estudos e publicações. Cabe neste estudo convocar leitores e leitoras a (re) visitar os principais conteúdos deste tema e a saberem o que pensam, sentem e fazem para o desenvolvimento. **Por isso afirmamos, como gesto de incitação, que entre o que já sabemos que não pode ser e o que será, o desenvolvimento é o que decidirmos (ou não) fazer agora.**

Também por entre estes debates, o argumento de que ‘não há alternativas’ fica claramente posto em causa. É a decompor e contrariar esta afirmação que dedicamos o segundo capítulo, ao convidarmos a uma observação atenta da realidade. Para lá dos debates teóricos e conceptuais do primeiro capítulo, o segundo perscruta a informação e as evidências que podemos observar na realidade que nos envolve.

Primeiro, chamamos a atenção para os números oficiais que as perspetivas institucionais nos trazem e que condicionam em grande medida os nossos ângulos e focos de visão sobre a realidade. Condicionam pela sua capacidade hegemónica de informar e enformar políticas, conteúdos noticiosos, estudos, projetos de intervenção, etc. **O que mostram e o que escondem estes números?**

Em segundo lugar, convocamos para a reflexão algumas das alternativas contra-hegemónicas (contrárias às lógicas dominantes) que se têm afirmado nos últimos anos. Se escutarmos as vozes das diversas geografias do planeta, a que hoje se podem aceder à distância de um click a partir de um qualquer motor de busca na internet, as alternativas existem numa proliferação difusa e vibrante. Resistências, resiliências, regenerações e germinações persistem, reivindicando espaço para florescer por entre os aparelhos institucionais hegemónicos, cada vez mais globalizados e cada vez mais homogeneizadores a nível **planetário**. Persistem, acendendo uma miríade de candeias por entre os holofotes da regulação das superpotências mundiais e das organizações internacionais. **Os nossos leitores e leitoras estão disponíveis para parar e suspender reações imediatistas? Para superar a resistência de procurar compreender o que não lhes é fácil num primeiro contacto? Ou o desafio de superar a tendência de ler todas as novas questões e dados apenas à luz do**

que já conhece e pensa? Para ler e reler trechos de texto que lhes parecem estranhos, mas que surgem encadeados num itinerário que fez sentido a quem os produziu? A procurar compreender essas lógicas e linguagens que não lhe são familiares?

Concluimos, no capítulo 3, enquadrando o lugar da EDCG no desenvolvimento, mergulhando nas suas propostas sobre os princípios de abordagem e convite permanente à reflexão crítica sobre modos de pensar, ser, agir, sentir, poder... incitando a que cada um e cada uma de nós individualmente possa encontrar gestos (mais simples ou mais complexos) que sejam no sentido de desconstruir os mecanismos de reprodução das desigualdades e injustiças sociais, dos atentados ambientais e ecocídios¹ no planeta. No sentido de que as nossas ações sejam de transformação social pela busca da paz e da justiça social e não de reprodução social, das desigualdades, da pobreza, da violência.

Entre quem nos lê poderá haver quem já se debruce há muito sobre o tema do desenvolvimento, outras pessoas menos. Este estudo é para toda gente. Não tem que concordar connosco. O exercício da discordância é algo que pensamos muito importante praticar. Exercitemos a EDCG.

I

(Re)visitar o que entendemos por desenvolvimento: composições, recomposições e alternativas

P. 11-13 *O desenvolvimento como mundivisão ocidental de ambição universal*

P. 14-15 *As críticas reformistas e os desenvolvimentos alternativos*

P. 16-19 *Um pluriverso de alternativas ao desenvolvimento*

P. 20-21 *As críticas das críticas e os desafios da cidadania ativa*

Uma história feita de sonhos e pesadelos, de ilusões e de decepções, de empolgamentos e euforias e de frustrações e desânimos e até desistências. Uma história feita de encontros e desencontros, de histórias bonitas e outras feias, de solidariedades e apoios desinteressados, mas também de dominações e explorações, de convicções, mas também de oportunismos. De tudo isto tem a história deste conceito e dos aparentados e similares, dos sinónimos e dos antónimos (Amaro, 2017, p.17).

O desenvolvimento como mundivisão ocidental de ambição universal

Foi no final da Segunda Guerra Mundial que teve origem a concepção de desenvolvimento, que ainda hoje permanece numa visão ocidental do mundo, a qual se tem vindo a expandir à escala do planeta, através do processo de globalização que caracteriza as nossas sociedades atuais. Ou seja, através do aumento das interdependências económicas, políticas, sociais e culturais, como exploramos em maior profundidade no estudo desta coleção dedicado às Interdependências e Globalização.

Resumidamente, importa lembrar algumas das principais características estruturantes que marcaram este contexto histórico, sem as quais não é possível interpretar os sentidos que o conceito de desenvolvimento foi tendo e compreender desafios que hoje enfrentamos no dia a dia e para os quais este conhecimento nos pode ser útil.

O final da Segunda Guerra Mundial marca o início de uma profunda reorganização geopolítica do mundo, dando origem a uma nova fase designada por Guerra Fria, que

opôs dois grandes blocos de países aliados até à década de 1990. Por um lado, o bloco ocidental ancorado em valores liberais e democráticos. Este bloco foi liderado pelos Estados Unidos da América, apoiados pelos países aliados no conflito e por uma extensa rede de novos países. Os países que se formaram a partir das antigas colónias, as quais foram ganhando independência dos respetivos países europeus colonizadores, ao longo das cerca de duas décadas que se seguiram à guerra. Por outro lado, o bloco oriental liderado pela União Soviética, ancorado em ideais comunistas, aliando nomeadamente países do leste europeu, incluindo a Alemanha, que saindo derrotada da Guerra foi dividida com o famoso e simbólico muro de Berlim, bem como países de outros continentes, tais como o Vietname na Ásia ou Cuba na América Latina.

O nome de Guerra Fria deriva da ausência de conflitos diretos entre grandes potências mundiais, tal como aconteceu nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, embora a rivalidade entre os blocos antagónicos tenha

I manifestado diversos conflitos armados e guerras em diversos pontos do planeta, fora da Europa. Entre outros exemplos, a Guerra da Coreia, do Vietnam ou Afeganistão. Num quadro de contenção dos riscos de conflito nuclear à escala mundial, a guerra fria manifestou-se designadamente pela procura de influência ideológica e material de ambos os blocos pelos diversos continentes, em espionagem e contraespionagem, propaganda, corrida tecnológica em geral, e particularmente à tecnologia de controlo do espaço. O astronauta norte americano Niel Armstrong pisou a Lua em 1969.

Esta profunda reorganização geopolítica foi ancorada no nascimento de um conjunto significativo de novas organizações internacionais, focadas na construção da paz, na reconstrução das nações europeias e no desenvolvimento económico em geral, no novo quadro de reorganização transnacional e de nascimento de diversos novos países, sobretudo, mas não só, no continente africano. A independência dos países das Américas do Norte e do Sul havia ocorrido ao longo dos séculos XVIII e XIX.

As novas organizações internacionais são, desde logo, a própria ONU mas também o Banco Mundial e o FMI e, mais tarde, a OCDE. Mas também organizações focadas na ausência de paz e na guerra, como a NATO, uma aliança política e militar composta pelos EUA e estados europeus. NATO, a mesma organização que hoje nos defende e representa nos conflitos armados,

a nós Portugal, nomeadamente por exemplo, na atual Guerra na Ucrânia contra a invasão da Rússia.

O conceito contemporâneo de desenvolvimento nasce, portanto, no contexto de reconstrução material dos países afetados pela destruição da guerra na Europa, de reconstrução dos sistemas produtivos nacionais associados ao desenvolvimento tecnológico e ao crescimento económico, de procura de evitar a eclosão de novos conflitos armados (desta vez com a ameaça da supremacia tecnológica da bomba atómica), com organizações, tratados e alianças assentes em missões e intenções de construção da paz.

É neste contexto que, em 1949, um discurso de Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, expõe uma visão para a nova ordem mundial que dividirá as representações do mundo entre países ‘desenvolvidos’ e países ‘subdesenvolvidos’: “devemos embarcar num novo programa ousado para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do progresso industrial disponíveis, para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas”². Utiliza a palavra ‘subdesenvolvimento’ para se referir à vida económica ‘primitiva’ de algumas regiões do mundo, e para afirmar como a sua pobreza é uma ameaça para estas mesmas áreas, bem como para as áreas do mundo mais ‘prósperas’.

Com proximidade à tradição darwinista, este conceito de desenvolvimento constitui o marco de uma visão do mundo pós

Segunda Grande Guerra e pós-Colonial, no qual se subentende uma ordem de gradação hierárquica no lugar dos diversos países e povos nas relações entre si. O desenvolvimento surge simultaneamente como o processo de progresso tecnológico e científico e de crescimento económico, bem como ponto de chegada ou fim aspirado universalmente. O PIB – Produto Interno Bruto – passará a ser o indicador estatístico de referência mais relevante para aferir o grau de desenvolvimento dos países.

É esta visão que reestabelece as relações entre países, entre ex-potências colonizadoras e os novos países soberanos e que conduz à elaboração de programas de apoio financeiro ao desenvolvimento por parte das novas organizações internacionais que assumem esta missão à escala planetária. Assim nasce também o campo da **cooperação para o desenvolvimento**, ou seja, “o conjunto de ações levadas a cabo conjuntamente pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento com a finalidade de erradicar a pobreza e as desigualdades socioeconómicas, promover os Direitos Humanos e defender os princípios fundamentais da Democracia”³. Estas ações podem ser numa multiplicidade de áreas, tais como o saneamento básico, a saúde, a educação, a produção e consumo sustentáveis, entre muitas outras. Este campo concretiza-se num setor institucional de política externa, distinto e complementar à diplomacia, também designado por **cooperação internacional para o desenvolvimento.**

² Tradução livre a partir do texto original

³ Website da Plataforma Portuguesa das ONGD

Esta área de política externa envolve diversos atores institucionais tais como governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, empresas ou autarquias. No caso português, falamos de um enquadramento institucional tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. No quadro da sociedade civil em Portugal, a cooperação para o desenvolvimento tem como principal organização representativa a Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD). O âmbito da política externa portuguesa de cooperação internacional para o desenvolvimento divide-se em três grandes áreas: a **cooperação para o desenvolvimento**, a **educação para o desenvolvimento** (a abordagem que enforma este estudo) e a **ajuda humanitária e de emergência**.

Para saber e explorar mais...

A PPOGD elaborou uma ficha temática que em poucas páginas e de forma muito sintética apresenta o campo da cooperação para o desenvolvimento, as suas origens, história, atores institucionais, desafios e cenários.

Projeto da parceria

“O projeto Dicionário do Desenvolvimento nasceu do desejo de a partilhar uma paixão comum: a cidadania Global. Queríamos “falar para tod@s” sobre conceitos que são fundamentais para “Transformar o nosso mundo” até 2030 e criar um futuro sustentável, mas que muitas vezes assumem uma tecnicidade que os remete para os “especialistas” afastando os cidadãos desta reflexão crítica e da mobilização para a ação.

Com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a Fundação Cidade de Lisboa, a Associação Renovar a Mouraria e o Instituto Marquês de Valle Flôr, conseguiram dar forma a esta ideia, que se transformou no Dicionário do Desenvolvimento, que partilhamos convosco e que desejamos que seja de Tod@s”
Conheça mais sobre estes temas aqui: <https://ddesenvolvimento.com/>

As críticas reformistas e os desenvolvimentos alternativos

Ao longo das décadas de 1960 e 70, a partir da academia e de parte dos atores que atuam no interior do campo da cooperação para o desenvolvimento, surgem diversas linhas críticas ao entendimento do desenvolvimento como crescimento económico e progresso tecnológico, e ao PIB, como o seu indicador de referência e mensuração. Estas críticas incidem sobre os ‘modos de fazer’ o desenvolvimento, bem como sobre o que se entende por desenvolvimento. A partir das décadas de 1980 e 90, estas perspetivas adensam-se e diversificam-se reforçadas pela crescente pressão dos movimentos sociais e pela crescente participação ativa das organizações da sociedade civil (OSC) no campo da cooperação para o desenvolvimento.

De entre os movimentos sociais que contribuíram para o questionamento da mundivisão subjacente à ideia de desenvolvimento, tais como os movimentos pelos direitos civis nos EUA ou os estudantes do Maio de 68 na Europa, destaque para os **movimentos ambientalistas**, mobilizando cientistas e ativistas contra as evidências de acumulação da poluição, contra catástrofes ecológicas, a perda de biodiversidade, entre outros

efeitos nefastos da atividade humana sobre a natureza.

Desta profusão heterogénea de críticas, derivam várias propostas que se distinguem pela ênfase dada a aspetos diversos, tais como as do **desenvolvimento participativo**, do **desenvolvimento local** ou do **desenvolvimento comunitário**, bem como outras que, a partir dos anos de 1990, ganham maior centralidade, designadamente as de desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Amaro (2017), estas novas abordagens ao desenvolvimento trazem novos elementos ao conceito original, tais como os seguintes: perspetivas multidimensionais e interdisciplinares; ênfase na participação, na capacitação e no empoderamento das pessoas e das organizações, para lá da satisfação das necessidades básicas; novas relações com a natureza e sustentabilidade no uso dos recursos; interligação entre vários níveis territoriais de atuação (local, regional, nacional, supra nacional).

Duas perspetivas do desenvolvimento ganham particular proeminência até aos nossos dias pelo seu acolhimento e centrali-

dade na ONU: o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável. No primeiro caso, a afirmação deste conceito teve uma disseminação forte desde 1990, com a criação do IDH. “O conceito de **desenvolvimento humano** nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. (...) É uma mudança de perspetiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento económico, ou da renda, para o ser humano”⁴.

É também na década de 1980 que surge o conceito de **desenvolvimento sustentável**. “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social, económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (*Relatório Brundtland*, 1987).

⁴ O que é IDH?

Desde a década de 1980, o percurso do conceito de desenvolvimento sustentável tem sido um dos mais participados e debatidos à escala global. O seu contributo adicional ao entendimento sobre o desenvolvimento é sobretudo o de trazer a visão da necessidade de equilibrar e articular sistemicamente três dimensões: a económica, a ambiental e a social. Este conceito de desenvolvimento sustentável afirma-se na agenda global sobretudo a partir da Declaração do Milénio da ONU, em 2000, quando se estabelecem oito objetivos de desenvolvimento para o horizonte de 2015 (ODM) e com a Agenda dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030.

É esta pluralidade de abordagens renovadas e enriquecidas do desenvolvimento que em grande medida enformam as mundivisões que hoje temos do desenvolvimento, a partir de uma perspetiva ocidental.

O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento verificou também mudanças relevantes ao longo das décadas⁵. Inicialmente, este campo estruturou-se na forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) concretizada em fluxos de financiamento dos países ‘doadores’, do Norte Global, aos países ‘beneficiários’, do Sul Global. APD sob a forma bilateral, entre dois países, ou multilateral, através das organizações internacionais tais como a ONU, o Banco Mundial ou a OCDE. É no quadro desta última organização internacional que se constituiu o Comité de Ajuda ao Desen-

volvimento (CAD) organismo de coordenação e avaliação das políticas de APD e que determina os países que podem ser elegíveis como beneficiários. Portugal é membro do CAD desde 1961.

A APD tem verificado mudanças significativas, quer nos fluxos de financiamento, designadamente pela emergência de fluxos de cooperação Sul-Sul, quer no envolvimento de um maior e mais diversificado conjunto de atores não governamentais (OSC, sector privado lucrativo, autarquias, entre outros), quer ainda, no aumento dos domínios de cooperação, tal como nomeadamente a capacitação técnica ou o reforço das relações de cooperação entre países.

A sociedade civil (associações, redes cívicas, movimentos e grupos informais) tem vindo a desempenhar um papel crescentemente importante na cooperação para o desenvolvimento. A sua maior relevância prende-se com a promoção e defesa dos direitos humanos e da sustentabilidade, na monitorização das políticas governamentais e das organizações internacionais, bem como, na defesa da participação democrática e na proximidade às organizações e populações no terreno.



“Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento” - exemplos de entradas reformistas

Um pluriverso de alternativas ao desenvolvimento

Paralelamente às críticas de reformulação do conceito, também nas décadas de 1960 e 70, surgem críticas que recusam as visões, os pressupostos, as intenções e o sistema de valores na base do conceito de desenvolvimento. Tendencialmente, mas não exclusivamente, estas críticas são oriundas de regiões do mundo consideradas como ‘menos desenvolvidas’.

As primeiras a ganhar notoriedade científica e política são as designadas **teorias da dependência**, desenvolvidas a partir do contexto latino-americano. De base marxista estas teorias partem da análise do sistema capitalista para compreender as relações entre os países ‘desenvolvidos’ e os ‘subdesenvolvidos’. Nesta perspetiva, o desenvolvimento não é um processo evolutivo, por etapas e de progresso crescente, como proposto pela visão ocidental. O desenvolvimento é um processo histórico de interdependências, que melhor se compreendem através de lógicas de relação entre os centros e as periferias do sistema capitalista mundial. Entre, por um lado, os países detentores de conhecimento científico e tecnológico e de capital, designadamente capital económico acumulado ao longo

de séculos de exploração colonial, e, por outro lado, os países detentores de matérias primas e força de trabalho a baixo custo. A centralização e hierarquização do poder imposta pelo sistema capitalista à escala planetária implica considerar que só existem países subdesenvolvidos porque existem países desenvolvidos, e vice-versa, denunciando a falácia da narrativa do desenvolvimento como fim comum para todas as nações do mundo. Em última instância, a superação da condição de subdesenvolvimento pelos países poderá passar pela rutura com o sistema capitalista mundial e, portanto, com a sua ideia de progresso tecnológico e aspiração de crescimento económico e acumulação de capital.

Ao longo do tempo estas teorias foram também alvo de críticas, reformulações e contraposições. Surgem e afirmam-se outras teorias e leituras críticas, tais como as teorias do **sistema mundo**, **os estudos feministas** ou **os estudos pós-coloniais**.

A partir da década de 1990 tem vindo a afirmar-se uma corrente de pensamento que se inscreve na ideia do fim do desenvolvimento enquanto mundivisão de ambição uni-

versal, designada por **pós-desenvolvimento**. Segundo Amaro (2017; p.5) as principais críticas ao conceito de desenvolvimento são as seguintes:

“É um conceito baseado nas experiências de industrialização e crescimento económico, assumidas como o caminho do progresso, pelos países europeus e pelos seus replicadores (como o caso mais notável dos EUA), desde a Revolução Industrial, na construção do capitalismo, ou seja, é uma via e uma forma de dominação do capitalismo, como modo de produção e modelo de sociedade;

É um conceito baseado nos valores culturais e nos interesses geoestratégicos do Norte e do Ocidente, propondo-se, ou melhor impondo-se como ‘um farol’, a guiar o caminho do progresso e da ‘civilização’ dos países considerados ‘subdesenvolvidos’, ou seja, é um instrumento de dominação colonialista (ou neo-colonialista);

É um conceito que assenta numa lógica de desigualdade e de dominação de género, atribuindo, em geral, às mulheres papéis subordinados e desqualificados, ou seja, é uma forma de dominação patriarcal”.

Segundo os autores das correntes pós-desenvolvimentistas, este conceito deve, portanto, ser abandonado e deverão ser considerados outros conceitos, denominações e mundivisões capazes de propor alternativas viáveis e credíveis, diversas e plurais, ancoradas nas diferentes tradições culturais das diversas regiões do mundo.

Na viragem para o século XXI e do ponto de vista dos movimentos sociais, importa destacar o Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001, em Portalegre no Brasil. Este evento representou um marco de viragem nos movimentos de resistência à hegemonia e aspiração de universalização das mundivisões ocidentais, designados por *movimentos anti e alter globalização*. Este marco histórico permitiu congregar ativistas de todo o mundo numa procura de convergência de agendas alternativas, plurais e transformadoras (direitos humanos, ambientalistas, feministas, direito à terra, etc.)

Nos últimos anos, movimentos sociais, cientistas e ativistas em todo o mundo têm densificado estas abordagens críticas alternativas ao desenvolvimento, avan-



Mereana Taki | Rotorua Aotearoa (NZ)

“O desenvolvimento tem a ver com a qualidade e a integridade das nossas relações de reciprocidade. Tem também a ver com as ligações que temos connosco próprios e com o mundo espiritual. Estamos conscientes de que o mundo não gira à nossa volta. A ideia ocidental de desenvolvimento não faz sentido.”



Juan Carlos | Machicado, Cusco Perú

“O progresso ou desenvolvimento inca é concebido de forma coletiva e no contexto da relação com a terra. Tudo o que eu quero mais para mim, deve ser justo que todos os outros o tenham também. Mas se ter isso significa tirar aos outros ou ao ambiente de uma forma injusta, então não o devo querer. Uma sociedade desenvolvida dá a todos o suficiente e satisfaz as necessidades de todos.”



Wera Mirim | Santa Catarina, Brasil

“O desenvolvimento que querem que tenhamos significa o afastamento da nossa comunidade. Significa viver como as pessoas da cidade: isolados das outras pessoas, isoladas da terra, sozinhas no mundo. Desenvolvimento na minha língua significa ligação com a comunidade, à terra e a Ñande Ru (força da criação ou Deus).”



Bob Randall | Mutitjulu, Austrália

“Uma sociedade desenvolvida é uma sociedade completa. A questão que colocamos para verificar é simples: o que estamos a fazer custa vida aos outros seres vivos ou não? Se sim, então estamos a seguir o caminho errado. Se o homem continuar a destruir ao ritmo a que estamos a destruir hoje não restará muito para os filhos dos nossos filhos dos nossos filhos.”

Quando com um novo conceito. **Pluriverso** é uma proposta que coloca em causa a ambição de pensamento universal e acolhe propostas de uma multiplicidade de pessoas, organizações e movimentos sociais em todo o mundo, os quais convivem com mundivisões plurais. Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento (Kothari *et al.*, 2019) foi uma obra lançada em 2019 em defesa de “um mundo onde cabem muitos mundos” e tem vindo a ser publicado em diversos lugares, como Espanha, Itália, Índia, Brasil ou Portugal.

Como explicam os seus autores, o livro não propõe novos modelos de desenvolvimento a replicar ou receitas predefinidas. Propõe pistas para o pensamento e de estímulo do imaginário e da ação. O dicionário reúne 106 entradas. As primeiras 23 referem-se a visões reformistas, ou seja, de visões que não colocam em causa o avanço da globalização e das suas tendências de universalização. Entre estas propostas constam, por exemplo as seguintes: ajudas ao desenvolvimento (APD), cidades inteligentes, economia circular, governança do sistema Terra, ferramentas informáticas ou transhumanismo. Sob um chapéu do que os autores e autoras chamam de “pluriverso dos povos”, as restantes 73 entradas do dicionário referem-se a “alternativas transformadoras”.



“Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento” - exemplos de entradas transformadoras

No capítulo 2 regressaremos a alguns destes conceitos, exercitando a proposta destes autores, de nos deixarmos estimular. Deixar-nos imaginar fora do pensamento que nos é mais familiar, resistindo à ansiedade de encontrar respostas imediatistas a questões complexas, tais como aquelas que coloca Miriam Lang (2016) a refletir sobre o contexto brasileiro:

“Portanto, não se trata de apostar em ‘desenvolvimentos’ alternativos, e sim de construir alternativas ao desenvolvimento, rechaçando, como ponto de partida, o rótulo de ‘subdesenvolvidos’; e reconhecendo, recuperando os próprios saberes e as múltiplas cosmovisões

que existem. Trata-se de reconhecer e reconstruir uma diversidade de modos de vida – no campo e nas cidades – diante da expansão do modo de vida imperial. (...)

Paralelamente, processos similares foram construídos em outras partes do mundo. Na Europa, adquiriu importância o movimento social por um decrescimento sustentável; na África, o *ubuntu*, uma filosofia humanista altruísta; a nível global, o movimento pelos comuns e a produção colaborativa, que teve como resultado, por exemplo, o *software* livre. (...)

O que se espera do Estado na construção de alternativas ao desenvolvimento? É realista a visão, proposta por alguns dos progressismos, de instalar nos países latino-americanos um Estado de bem-estar como existiu nos Estados Unidos e na Europa nos ‘trinta anos gloriosos’ entre 1945 e 1975? Um Estado provedor que solucione tudo? A disjuntiva que enfrentamos em relação ao papel do Estado é jogada realmente entre neoliberalismo e neokeynesianismo? Ou podem existir outras alternativas?” (Lang, 2016; p.31-38).

Para saber mais...

A Editora Elefante disponibiliza online a sessão de lançamento desta obra no Brasil em 2022, com a intervenção de diversos dos seus autores. Conheça melhor [aqui](#)

O desenvolvimento como crescimento econômico e progresso tecnológico

1949

DESENVOLVIMENTOS ALTERNATIVOS

Desenvolvimento local, comunitário, participativo...

1969/70

ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Teorias da dependência, teorias do sistema mundo...

Desenvolvimento Humano PNUD e IDH

1980/90

...estudos feministas, estudos pós coloniais....

Desenvolvimento Sustentável OM 2015 | ODS 2030

2000/2010

Pós- desenvolvimento

2023

Pluriverso

As críticas das críticas e os desafios da cidadania ativa

As visões e posições de bipolaridade entre extremos são pouco úteis, neste momento em que temos cada vez mais consciência da multiplicidade, multidimensionalidade e interdependência dos fatores que influenciam o nosso dia a dia. O pensamento dicotômico é insuficiente para interpretarmos a realidade que nos envolve exigindo exercitar modos de pensar mais complexos. Também os discursos de que “é muito complexo mudar o mundo”, ou de que “não há alternativas credíveis”, perdem legitimidade. Por um lado, perdem-na à medida que a globalização nos confronta com o “antropoceno” e, por outro lado, à medida que se fazem escutar outras vozes e visões do mundo, outras práticas e modos de vida distintos dos da nossa visão ocidental.

A gestão emocional e de conflitos e o exercício da ética são outras capacidades que nos são cada vez mais solicitadas, à medida que nos confrontamos com a diversidade destes ‘outros’. Os equilíbrios emocionais são difíceis, assim o evidenciam as principais doenças do século XXI, muitas do foro da saúde mental, tais como a síndrome de *burnout*, a depressão, a ansiedade ou distúrbios alimentares.

É neste contexto que importa ainda dedicar atenção às confluências que se podem construir no momento de refletir sobre o desenvolvimento e sobre o papel que nele podemos ter.

Para além de conhecer e compreender as progressivas visões institucionais do desenvolvimento, as suas críticas e propostas alternativas, importa ainda fazer e considerar a ‘crítica das críticas’. Diversos outros autores, defendem o estabelecimento de pontes e a valorização da memória e das aprendizagens. Hoje importa não apenas contrariar a ideia de que faltam alternativas, considerando, escutando, parando para dar lugar às críticas e visões que procuram afirmar novos caminhos transformadores, mas também cuidar de conquistas que foram feitas nestes caminhos de múltiplas interdependências, reconhecendo também a agência das diferentes populações. Vejamos os argumentos de dois autores diferentes neste sentido:

“Vários autores argumentam que o desenvolvimento é o resultado de processos complexos de apropriação e resistências e que, em consequência disso, se transformou e se adaptou às

várias realidades. Nesta senda, Mkwandawire (2010) argumenta, para o caso africano, que o desenvolvimento e as aspirações que o movem não devem ser vistos como imposições externas, mas como parte das respostas africanas às suas experiências históricas e necessidades sociais. Defende ainda que o projecto e desenvolvimento tem raízes históricas profundas e muito mais apoio social do que normalmente reconhecido. (...) Oya e Pons-Vignon (2017) argumentam que a crítica ignora os progressos que foram feitos, ainda que abaixo do desejável, ao nível do bem-estar das pessoas em muitas regiões em desenvolvimento, nomeadamente em termos das oportunidades de vida, das condições materiais, da diminuição da mortalidade, da melhoria da educação” (Larcher, 2018; p.51).

*“Daí resulta que, em vez de opor, o que é necessário, interessante e útil é contrapor e colocar em diálogo os conceitos de ‘desenvolvimento alternativo’ (ou, pelo menos, alguns) e os ‘alternativos ao desenvolvimento’ para mútuo enriquecimento teórico-conceptual, metodológico, prático e cultural. Os conceitos de um lado e de outro têm muito a oferecer e a aprender mutuamente, até pelos seus diferentes pontos de partida geográficos, culturais e comunitários e também pelos seus diferentes resultados e implicações. Um exemplo das vantagens e da riqueza desse diálogo (epistemológico, teórico, metodológico e prático) e das consequentes convergências pode ser dado pelas relações e proximidade entre os conceitos de desenvolvimento local ou comunitário e de *buenvivir*” (Amaro, 2017, p.17)*

Na sequência do argumento da necessidade de diálogos e confluências, mais do que de bipolarizações, Amaro segue com uma reflexão instigadora. Uma análise que permite levantar a questão de saber como superar a fragilidade da proliferação de múltiplas alternativas, sem restringir o seu potencial emancipatório, mobilizador, criativo e transformador.

Como impedir que as críticas e propostas alternativas sejam esvaziadas ou pervertidas nos seus intuitos originais, sem que se transformem em mais uma apropriação ‘da moda’ pelas lógicas dominantes que tentam contrariar?

Até que ponto a afirmação de novos conceitos está a alcançar o questionamento profundo das assimetrias e desigualdades ou a ser alvo de uma apropriação que faz parte de um mecanismo complexo de reprodução, mais do que transformação, do sistema dominante?

“Parecem acreditar, por convencimento ou por ingenuidade, que os ‘conceitos alternativos’ não serão, por seu turno, também eles objecto de apropriação, usurpação e utilização, para benefício e controle dos interesses dominantes e das instituições correspondentes, logo que se tornarem mais conhecidos e atractivos. Tendem, por isso, a descartar conceitos e expressões, procurando e acreditando resolver o problema da sua ‘contaminação’ e ‘inquinção’, através de uma espécie de ‘fuga para a frente’, em busca de conceitos que sejam ‘virgens’. (...). Em síntese, é certo que tem existido uma lógica de apropriação destes conceitos, mas essa é uma caracterís-

tica estrutural, intrínseca do sistema capitalista, com o qual se está inevitavelmente em (algum) contacto e que tem acontecido e continuará a acontecer com todos os conceitos e práticas que sejam interessantes e atraentes. É o que aconteceu também, por exemplo, com ‘conceitos alternativos’ como ‘microcrédito’, ‘finanças éticas’, ‘comércio justo’, ‘felicidade’, ‘economia social’... É provavelmente o que irá acontecer com os conceitos de ‘buen vivir’, ‘boa vida’ e outros. Essa é a natureza do sistema de mercado. Será que a melhor solução é a descartabilidade permanente e a ‘fuga para a frente?’” (Amaro, 2017, p15-16)

E para quem nos lê? O que é para si o desenvolvimento?

Como se vê neste campo? Tem um papel, ‘uma missão’, no desenvolvimento no âmbito das suas atividades profissionais ou laborais? Trabalha na administração pública? No mundo das empresas privadas lucrativas? No das organizações da sociedade civil?

Tem um papel no desenvolvimento do seu local de residência, da sua região ou no país? Tem um papel no desenvolvimento no sector da educação, da saúde, da ação social, ou outros?

E nas suas atividades cívicas ou na sua vida pessoal, sente que tem um papel no desenvolvimento?

Para saber mais...

Um dos acervos bibliográficos mais importantes em Portugal sobre o tema do desenvolvimento é o Centro de Recursos do CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, uma ONGD criada em 1974. Conheça o Centro de Recursos [aqui](#).

2

Observar a realidade: dos holofotes institucionais às luminárias de alternativa

P. 23-26 *O desenvolvimento em números – as visões oficiais*

P. 27-33 *“Outro mundo é possível” – exemplos do Norte ao Sul, do local ao global*

P. 28 *Agroecologia*

P. 29 *Buen vivir*

P. 30 *Decrescimento*

P. 31 *Ubuntu*

“Recorde-se, ademais, que hoje os grandes meios de comunicação, privados e governamentais, em um paralelismo com as práticas inquisitivas, marginalizam conteúdos contrários à lógica do poder. A superabundância de informação também cumpre essa tarefa, em que tudo se dissolve em uma espécie de banalidade programada” (Acosta, 2016; p.35)

O capítulo anterior propôs um itinerário de reflexão fundamentalmente teórica e conceptual, contextualizando a emergência e a evolução das diferentes visões deste campo de estudos. Neste capítulo, o convite é distinto. É um convite para observar atentamente a realidade, explorar diferentes fontes de informação, praticar a escuta ativa, exercitar o pensamento crítico, sistémico e exploratório.

Propomos, primeiro, uma paragem pelos indicadores, as evidências observáveis e mensuráveis, que as organizações internacionais produzem. O seu poder de produção, disseminação e comunicação de in-

formação à escala global, pode ser comparado a fortes holofotes que tendem a iluminar amplamente a realidade que nos cerca, particularmente no lugar do mundo onde estamos a produzir este estudo, em Portugal, na Europa.

No segundo ponto deste capítulo, propomos por isso o exercício de imaginar que estes holofotes de alta voltagem se desligam por instantes. Habitando-se ao escuro, os nossos olhos conseguem ver pequenos pontos de luz, velas, candeias, luminárias... O desafio é conhecer em maior profundidade algumas alternativas de pensar o desenvolvimento que nos são pouco ou nada familiares e deixar-se inspirar.

O desenvolvimento em números – as visões oficiais

Capturar evidências e medir o desenvolvimento tem sido um desígnio das principais organizações internacionais, com o objetivo de monitorar a evolução económica e social dos países e desenhar políticas.

Neste ponto, o convite é o de (re)visitar alguns dos principais indicadores que alimentam os debates sobre este tema, bem como as notícias que quotidianamente nos chegam pelos meios de comunicação social. A expectativa é a de que este olhar atento sobre os números, estimule a reflexão crítica sobre os limites e virtualidades destas formas quantitativas de apreensão da realidade. Que estimule a exploração de dados, através da abundante informação disponível na internet, para responder a perguntas e curiosidades que cada leitor/a possa ter ou formular.

Sabe qual é o lugar de Portugal no mundo no ranking do PIB per capita? E no Índice de Desenvolvimento Humano Global? Sabe o que diz a OCDE sobre ‘como está a vida’ em Portugal, comparativamente com os outros países membros desta organização?

E focando o nosso olhar sobre a região do planeta em que estamos, na Europa, sabe qual é o lugar de Portugal no Índice Regional de Progresso Social da UE?

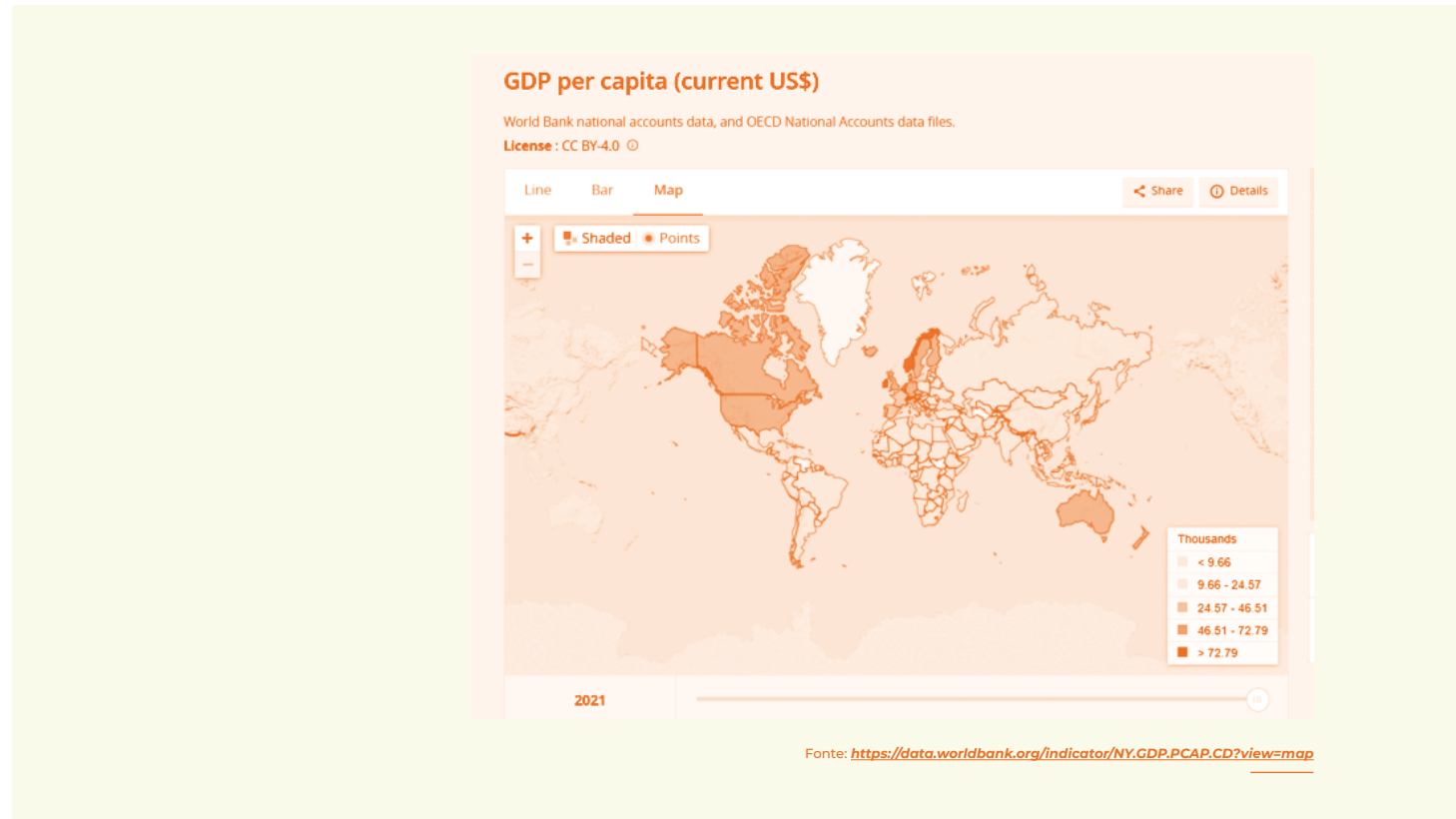
O Banco Mundial e o FMI foram criados em 1944 com o intuito de criar instrumentos financeiros, designadamente por via de empréstimos, para o esforço de reconstrução económica e cooperação internacional no cenário pós-guerra. O seu primeiro empréstimo, em 1947, foi a França e, em 1948, é registado o primeiro empréstimo a um país não europeu, o Chile⁶. O principal indicador de referência para avaliar o grau de desenvolvimento dos países durante o século XX foi o PIB. O PIB quantifica todos os bens e serviços produzidos num determinado local, região ou país, e num determinado período. O PIB per capita é, no entanto, o indicador mais ajustado para comparar territórios, ao dividir o valor total pela dimensão da população e permitindo, assim, um valor médio por pessoa. Hoje o Banco Mundial monitoriza um conjunto extenso de indicadores em numerosas áreas, da eficácia dos apoios financeiros à agricultura, ao clima, etc. Pode conhecer a evolução do PIB per capita, assim como de um grande número de variáveis, na base de dados do banco mundial acessível pela internet⁷.

O IDH é um dos mais importantes e influentes, indicadores de desenvolvimento à escala internacional na atualidade. Resulta nomeadamente da resposta às fortes

críticas à utilização do PIB na mensuração do desenvolvimento e da sua incapacidade de dar conta sobretudo da dimensão das condições de vida da Humanidade. Criado pela primeira vez em 1990, o IDH compõe-se de indicadores em três grandes dimensões: saúde e esperança de vida, educação e conhecimento e condições económicas de subsistência.

Adicionalmente ao IDH, mais recentemente as Nações Unidas têm vindo a monitorizar o progresso dos ODS através de um

índice estatístico⁸, o qual abarca numerosas outras dimensões hoje associadas ao desenvolvimento, designadamente, relativas às questões ambientais, mas também outras. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, foram adotados pelos países-membros das Nações Unidas em 2015 como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade”⁹.

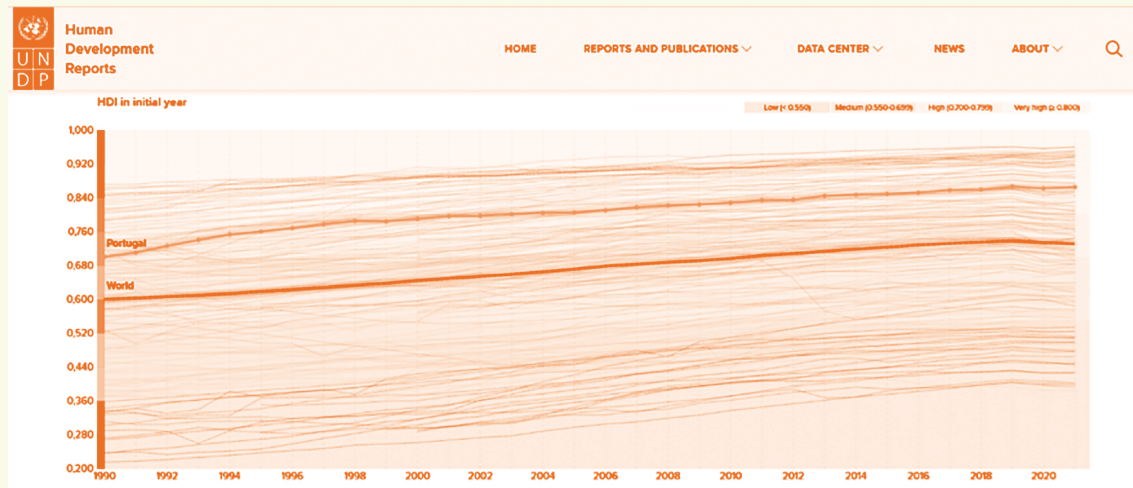


⁶ World Bank - Archives

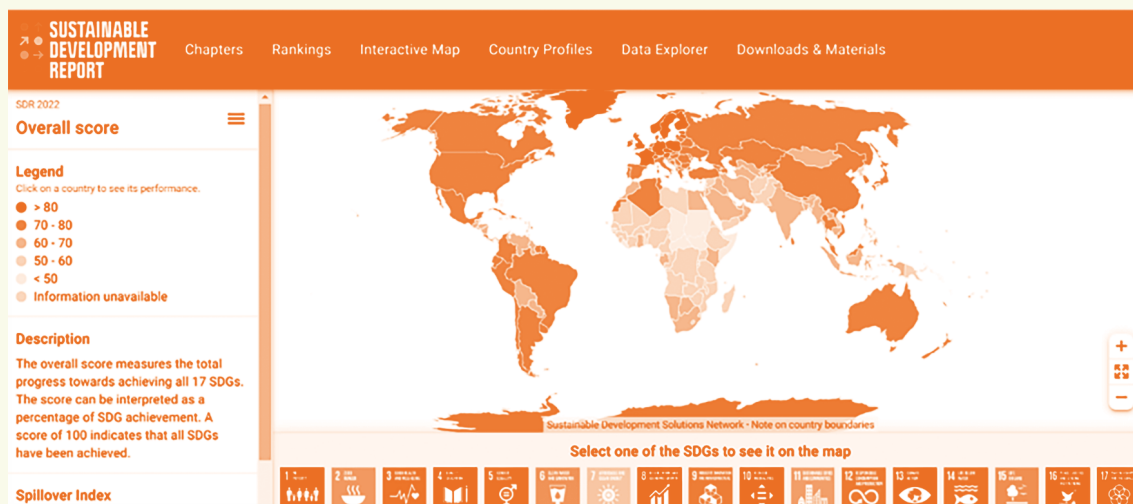
⁷ World Bank - Open Data

⁸ SDG Index & Monitoring

⁹ O que são os ODS?



Fonte: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>



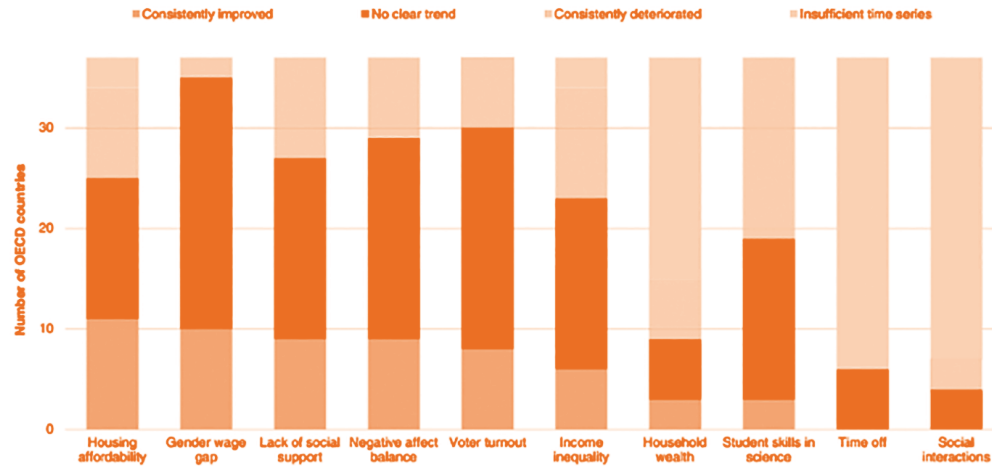
Fonte: <https://dashboards.sdgindex.org/map>

A OCDE é também uma das organizações internacionais mais relevantes no âmbito desta temática. Embora fundada em 1961, a sua génese remonta a 1948 quando em França se iniciou uma organização com um nome similar, dedicada à implementação do Plano Marshall, ou seja, do plano de investimentos dos Estados Unidos na Europa para a reconstrução no pós Segunda Guerra Mundial. Também esta organização tem vindo a criar o seu próprio sistema de informação incorporando indicadores que procuram apreender o desenvolvimento para lá da sua dimensão económica. Através do seu Centro WISE (bem-estar, inclusão, sustentabilidade e igualdade de oportunidades)¹⁰ a OCDE gera informação estatística e abordagens que pretendem melhorar a vida das pessoas, reduzir as desigualdades e compreender o impacto das políticas e dos negócios na vida presente e futura das pessoas.

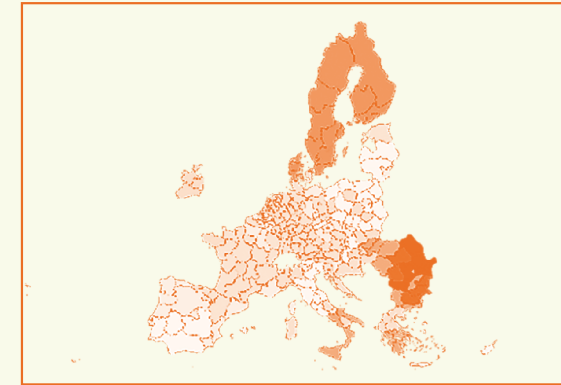
¹⁰ WISE em inglês: Well-being, Inclusion, Sustainability and Equal Opportunity: www.oecd.org/wise

...but different OECD countries face different realities

Trends for selected headline indicators of current well-being since 2010, per number of OECD countries



Fonte: <https://www.oecd.org/wise/how-s-life-23089679.htm>



Desde 2016, também a UE tem vindo a desenvolver um novo índice. “O Índice Regional de Progresso Social da UE visa medir o progresso social em cada região da UE, em complemento das medidas tradicionais de progresso económico, como o Produto Interno Bruto (PIB). Definir, no âmbito do debate «Para além do PIB», como alternativa às medidas tradicionais construídas com indicadores económicos, o IPS-UE é construído utilizando apenas indicadores sociais e ambientais para melhor refletir o desenvolvimento social”¹¹.

O índice integra três grandes dimensões de indicadores, que se organizam desde as necessidades humanas básicas (nutrição e cuidados médicos básicos, abrigo, águas e saneamento, segurança pessoal), às condições fundamentais de bem-estar (acesso a conhecimento básico, a informação e comunicação, saúde e bem-estar e qualidade ambiental), até níveis “mais subtis” do progresso social, tais como a oportunidade de acesso a direitos pessoais, liberdade de escolha pessoal, tolerância e inclusão, acesso a ensino avançado. Conheça os resultados

do IPS-UE de 2020, bem como o lugar de Portugal neste progresso social: [#EUSPI](#)

O que dizem e o que não dizem os números apresentados neste ponto? Para que nos servem e para o que não servem?

E qual é a visão e o contributo de Portugal para a cooperação para o desenvolvimento a nível internacional?

Projeto da parceria

“A violência, a criminalidade, a insegurança e os conflitos armados têm um impacto negativo enorme no desenvolvimento, acentuando a pobreza de várias formas, com grandes custos humanos, económicos e sociais, e prejudicando a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Por sua vez, a marginalização económica, a discriminação e a exclusão, bem como as desigualdades, a falta de acesso à justiça e a ineficácia das instituições minam a paz e o desenvolvimento. A pandemia de COVID-19 tende a agravar estas tendências, representando mais um fator de pressão, fragilização e incerteza em contextos já assolados pela vulnerabilidade e conflitualidade”.

Conheça o policy paper da Fundação Fé e Cooperação e do Instituto Marquês de Valle Flôr: [“DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA DESAFIOS E \(IN\)COERÊNCIAS”](#)

Para explorar e saber mais...

[Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030](#)

[CAD OCDE](#)

A Plataforma Portuguesa das ONGD monitoriza a política portuguesa de cooperação (a designada Ajuda Pública ao Desenvolvimento) e as tendências do desenvolvimento a nível global. Conheça este trabalho [aqui](#).

‘Outro mundo é possível’ – exemplos do Norte ao Sul, do local ao global

“Outro mundo é possível” foi o lema que, em 2001, juntou pela primeira vez à escala global movimentos sociais dos diversos pontos do planeta para debater alternativas, procurar confluências e reforçar práticas de construção de alter (outras) globalizações. Como introduzimos no ponto 1.3 deste estudo, existe uma grande pluralidade de perspetivas de pensar o mundo e a vida humana e não humana no planeta Terra, que coloca em causa a hegemonia dos discursos dominantes sobre o desenvolvimento. Neste ponto, convidamos a deter a atenção sobre algumas destas vozes alternativas. É uma proposta para parar por minutos e deixar-se inspirar.

Agroecologia

O sistema agroalimentar dominante é considerado insustentável e ineficiente na medida em que consome muitos recursos, tem um elevado impacto nos ecossistemas, emite elevados níveis de carbono, está sujeito a uma grande especulação de preços e não contempla uma distribuição alimentar equitativa que permitiria erradicar a fome no mundo. Além disso, é fortemente influenciado pelo poder de grandes empresas multinacionais que influenciam a política alimentar nacional, regional e internacional.

Inversamente, a agroecologia é um sistema de agricultura e de relação com a natureza que procura ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. É uma forma não intensiva de produção de alimentos, de base local, sem recurso a agroquímicos, nem exploração de pessoas.

Desde 1993, organizações e movimentos camponeses de várias partes do mundo têm-se articulado através da *Via Campesina*, considerado o maior movimento social internacional do campo. Defende uma visão baseada nos princípios da soberania alimentar e na democratização do acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, na qual os povos e comunidades locais são os principais atores na luta contra a pobreza e fome no mundo. Promove ciclos de produção que respeitem as diversidades climáticas e culturais de cada comunidade; um sistema

alimentar que coloque no centro as pessoas e o planeta.

Este movimento argumenta que os/as camponeses/as e a agricultura familiar alimentam 70% da população mundial, apesar de ter acesso a menos de um terço das terras e recursos agrícolas. Por isso, reivindica novas formas de governação transnacional que vinculem os direitos de camponeses/as e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais e que travem o controlo empresarial sobre os sistemas agroalimentares.



Fonte: *La Via Campesina* (2023)



Fonte: Excertos do *Infozine Laboratório Cidadão*, Unigranja (São Paulo, 2021)



Buen vivir

Bem Viver é um conceito com origem nas culturas andinas, o qual tem vindo a conhecer uma forte adesão e expansão desde a década de 1990 (Chuji, Rengifo, Gudynas, 2019). É um conceito muito diferente do conceito de Bem-Estar ocidental que nos é tão familiar e medido por variados índices e dados estatísticos oficiais, nacionais e internacionais. Integra visões indígenas e visões de crítica radical ao sistema capitalista, patriarcal e colonial, oriundas de académicos, pensadores, ativistas, movimentos populares e sociais, não apenas da América Latina, mas de diversos pontos do planeta.

“O *Buen Vivir* desloca a centralidade dos humanos como os únicos sujeitos, com agência política e a fonte de toda a valorização. Isto implica aberturas éticas (reconhecendo valores intrínsecos no não-humano, como os direitos da natureza) e aberturas políticas (aceitar sujeitos não-humanos). O patriarcado é atacado (mesmo nas esferas camponesa e indígena), postulando alternativas feministas, recuperando o papel fundamental das mulheres na defesa das comunidades e da natureza. Não se aceita a separação entre sociedade e natureza da modernidade. (...) Rejeita todo o colonialismo e afasta-se do multiculturalismo. Defende uma interculturalidade que valoriza cada tradição de conhecimento e de saber e, por isso, postula a refundação da política com base numa plurinacionalidade.

As várias formas de *Buen Vivir* dão uma importância substantiva à afetividade e à espiritualidade. As relações nas comunidades alargadas não se limitam às trocas mercantis ou aos laços utilitários, mas incorporam a reciprocidade, a complementaridade, o comunalismo, a redistribuição, etc”. (Chuji, Rengifo, Gudynas, 2019, p.190)

Este é, assim, um conceito plural, híbrido e heterodoxo, a ser debatido, experimentado e construído em diversos países, comunidades e culturas. Pela sua génese, natureza e processo histórico, não existe uma ambição de definição única e consensual, variando com o contexto cultural, histórico, ecológico em que é usado.

A sua notoriedade tem tido um alcance assinalável. Não só tem tido capacidade de mobilizar uma quantidade e diversidade de pessoas e comunidades, como tem inspirado múltiplas experiências práticas e alcançou reconhecimento na Constituição das Repúblicas do Equador e da Bolívia.

Ver
Estudo “Justiça
Social”



“A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais. Poderia ser inclusive um detonante para enfrentar propositivamente a crescente alienação de uma grande maioria dos seres humanos. Em outras palavras, a discussão sobre o Bem Viver não deveria circunscrever-se às realidades andina e amazônica. Apesar de reconhecermos a extrema dificuldade para se construir o Bem Viver em comunidades imersas no turbilhão do capitalismo, estamos convencidos de que há muitas opções para começar a praticá-lo em outros lugares do planeta, inclusive nos países industrializados” (Acosta, 2016, p.38-39).

Para saber mais...

Alberto Acosta é um economista e político do Equador e tem sido uma das figuras públicas mais visíveis na promoção dos ideais de *Buen Vivir*, tendo estado envolvido no processo de elaboração da Constituição do seu país em 2008, a primeira no mundo a consagrar juridicamente os Direitos da Natureza. Conheça melhor o seu pensamento sobre este conceito [*aqui*](#).

Decrescimento

O decrescimento é um movimento social lançado por investigadores e ativistas, a partir da ideia de combater o sistema capitalista global que persegue o crescimento económico, causando exploração humana e destruição ambiental. A sua génese é reconhecida em 1972 quando o filósofo André Gorz lançou a seguinte questão: “O equilíbrio da Terra, para o qual o não crescimento – ou mesmo o decrescimento – da produção material é uma condição necessária, é compatível com a sobrevivência do sistema capitalista?”¹².

De acordo com Demaria e Latouche, o decrescimento pode ser definido da seguinte forma: “Em termos gerais, o decrescimento desafia a hegemonia do crescimento económico e apela a uma redução redistributiva e democraticamente gerida da produção e do consumo nos países industrializados, como forma de alcançar a sustentabilidade ambiental, a justiça social e o bem-estar (Demaria *et al.*, 2013). O decrescimento é frequentemente associado à ideia de que o pequeno pode ser belo. No entanto, a ênfase não deve ser apenas no menos, mas também no diferente (...) não é inicialmente um projeto económico, nem mesmo de outra economia, mas um projeto social que implica escapar à economia como realidade e como discurso imperialista. ‘Partilha’, ‘simplicidade’, ‘convivialidade’, ‘cuidado’ e ‘bens comuns’ são

manifestações primárias do que seria esta sociedade (D’Alisa *et al.*, 2015).

Por um lado, o decrescimento implica certamente a redução do metabolismo social (a produção energética e material da economia), que é essencial para fazer face aos atuais constrangimentos biofísicos (em termos de recursos naturais e de capacidade de assimilação do ecossistema). Por outro lado, o decrescimento é uma tentativa de pôr em causa a generalização das relações de mercado na sociedade e de substituir os pilares do atual imaginário social baseado no crescimento pelo conceito de abundância frugal. É também um apelo a uma democracia mais profunda, aplicada a questões que estão fora da atual esfera democrática, como a tecnologia. Por fim, o decrescimento implica uma redistribuição equitativa da riqueza, tanto dentro como entre o Norte e o Sul do mundo, bem como entre as gerações atuais e futuras”. (Demaria e Latouche, 2019; p.206).

A rede internacional de decrescimento inclui mais de 100 organizações com 3.000 membros ativos, localizados principalmente na Europa, mas também na América do Norte e do Sul, Filipinas, Índia, Tunísia e Turquia. Uma livraria online deste movimento conta com cerca de 3400 entradas com livros e artigos científicos¹³. *Sabe que existe uma rede para o decrescimento Portugal?*

¹² Degrowth

¹³ Degrowth – biblioteca

¹⁴ Rede para o Decrescimento



← clicar aqui

Para explorar, saber mais...

Fairytails of growth (Contos de fadas do crescimento) é um filme de 2020, selecionado e premiado em festivais e mostras de cinema, dedicado aos temas da mudança climática, do decrescimento e da mudança sistémica.

Analisa o papel que o crescimento económico desempenhou na origem da crise e explora as alternativas, oferecendo uma visão de esperança para o futuro e uma vida melhor para todos dentro dos limites do planeta.

Ubuntu

“O Ubuntu deriva de expressões proverbiais (aforismos) encontradas em várias línguas da África subsariana. Nas línguas Nguni do Zulu, Xhosa e Ndebele, faladas na África do Sul, Ubuntu deriva da expressão: *Umuntu ngumuntu ngabantu*, que sugere que a humanidade de uma pessoa é idealmente expressa em relação aos outros e, por sua vez, é uma forma de expressar a personalidade: ‘Nós somos, portanto eu sou’. Botho é o seu equivalente nas línguas Sotho-Tswana e vem da expressão proverbial ‘*Motho ke motho ka batho babang*’. Ubuntu define um dos elementos essenciais de cada ser humano.

A palavra zulu para ser humano é *umuntu*, e o ser humano é constituído pelos seguintes domínios: *umzimba* (corpo, forma, carne), *umoya* (respiração, ar, vida), *umphefumela* (sombra, espírito, alma), *amandla* (vitalidade, força, energia), *inhliziyo* (coração, centro das emoções), *umqondo* (cabeça, cérebro, intelecto), *ulwimi* (língua, discurso) e *ubuntu* (humanidade) (Le Roux, 2000: 43)” (Le Grange; 2019, p.470).

Esta abordagem etimológica à palavra ubuntu ajuda-nos a compreender mais aprofundadamente a complexidade da conceção filosófica na base deste conceito. As suas raízes históricas e culturais foram transmitidas oralmente ao longo da história nas culturas dos povos subsaarianos. Desprezadas e, por vezes, mesmo aniquiladas, ao longo dos pro-

cessos de colonização do continente africano, esta palavra, este conceito e esta filosofia ressurgem nomeadamente a partir da África do Sul, resgatados por novas perspetivas pós colonialistas.

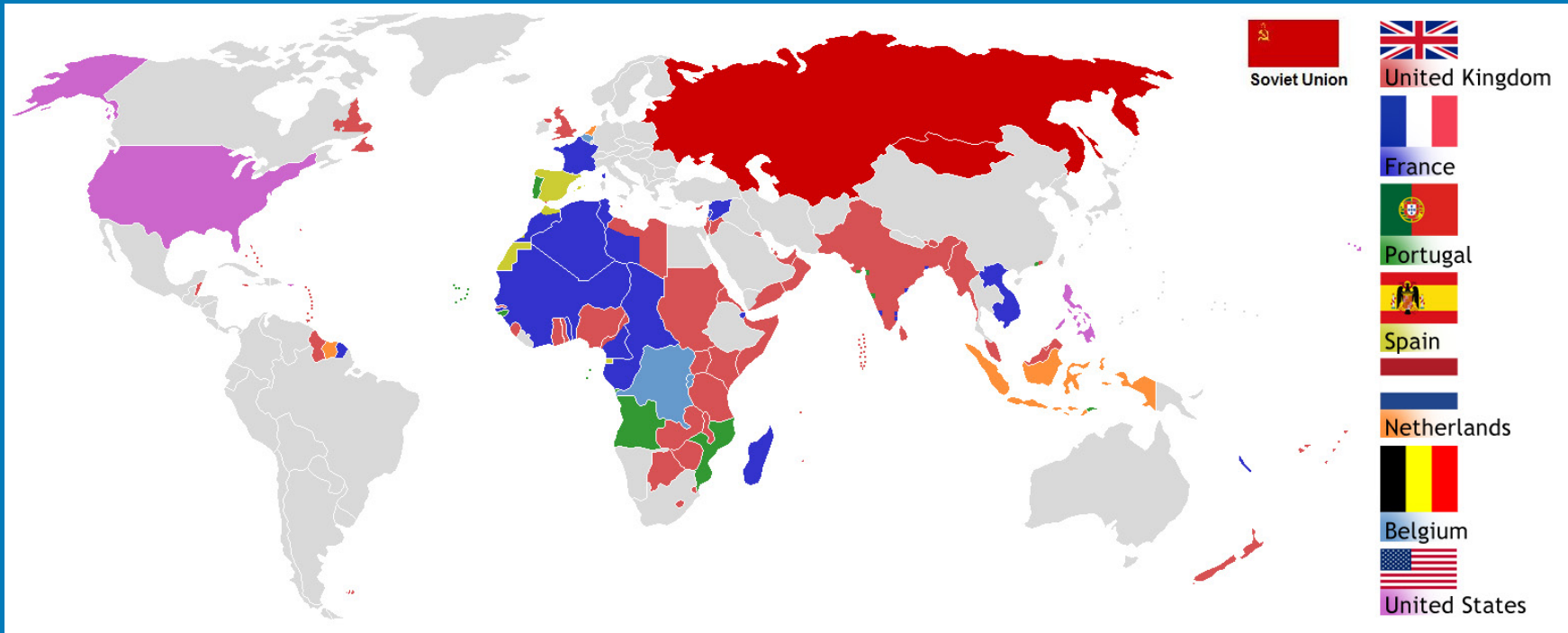
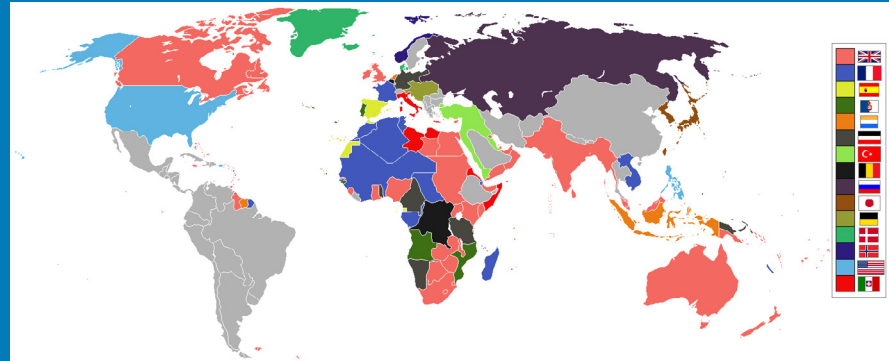
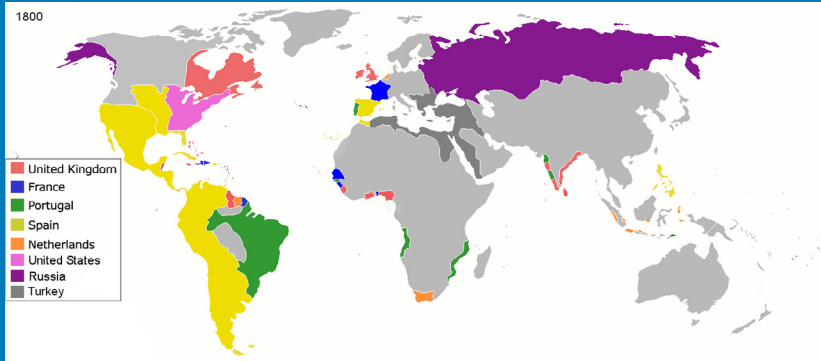
Ubuntu refere-se à condição humana e ao caminho para a alcançar assumindo uma orientação normativa de uma obrigação moral para com outros. Ser um ser humano significa relacionar-se não apenas com outros seres humanos, mas com outros seres e entidades não humanas.



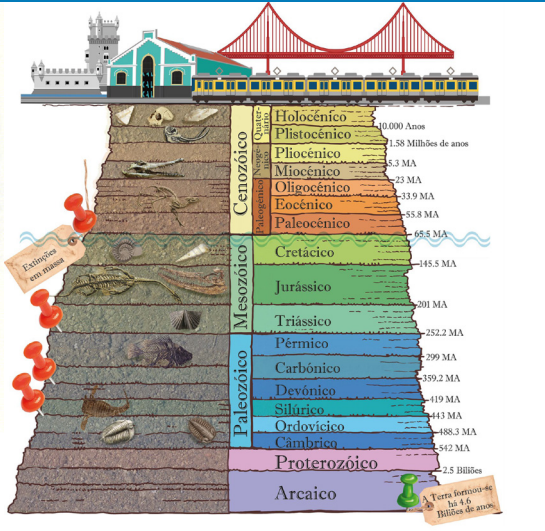
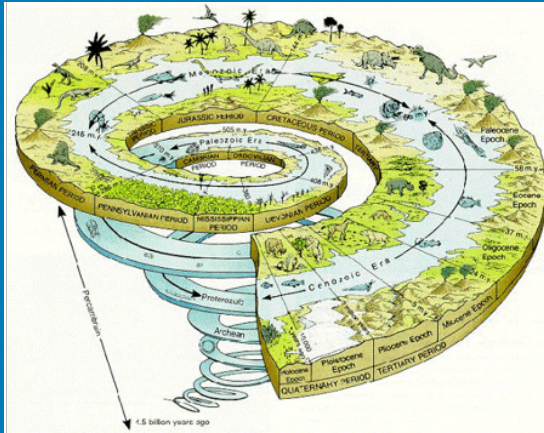
clicar aqui ↑

Para explorar, saber mais...

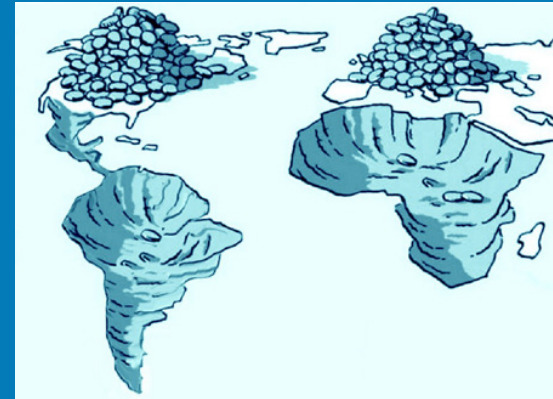
A BBC disponibiliza um video - *The philosophy that can change how you look at life* – onde pode compreender melhor o *Ubuntu*.



Mapas mundo do colonialismo: 1800; 1914; 1945



Antropoceno



Sinergias: Dicionário independências

AUSTERITY
ECONOMIC INSTABILITY
UNAFFORDABLE HOUSING
FOOD/WATER INSECURITY
UNDEREMPLOYMENT

CLIMATE CHANGE
BIG PHARMA
ARMS TRADE
TAR SANDS
MENTAL HEALTH CRISIS
UNAFFORDABLE HEALTH CARE
MASS MIGRATION
BLOOD MINERALS

We have never been healthier, happier and wealthier!

We have science, rights, education and modern medicine! We live longer!

People in Africa have mobile phones and washing machines!

We need to protect our way of life!... and get the rest of the world onboard!

everything is awesome!

I am highly educated and I can't afford housing or health!

Our kids won't have access to good jobs or social security!

Who is "we"? who has paid, pays and will pay the hidden costs?

Who decides? in whose name? for whose benefit? how come?

We have depression, anxiety and self-harm at epidemic levels today!

The planet can't sustain unending growth and consumption!

What are we going to do with a surplus labor force?

We can't eat money we can't drink oil!

Fonte: <https://decolonialfutures.net/portfolio/happier-healthier-wealthier/>

WAGE LABOR PRODUCING FOR A MARKET IN A CAPITALIST FIRM

IN SCHOOLS
 in neighborhoods
 UNPAID
 the retired
 SELF-EMPLOYMENT
BARTER
 children
 NOT MONETIZED
 self-provisioning
 producer cooperatives
 CONSUMER COOPERATIVES

ON THE STREET
 WITHIN FAMILIES
 in church/temple
 BETWEEN FRIENDS
 volunteer
 moonlighting
 ILLEGAL
 NOT FOR MARKET
UNDER-THE-TABLE
 noncapitalist firms

Taking back the economy

3

Lentes, roteiros e bússolas de EDCG: caminhos de aprendizagem para a transformação social

P. 36-38 *Do desenvolvimento à Educação para o mesmo e mais além*

P. 39-41 *Singularidades desta educação para...*

– *um roteiro e um barómetro EDCG*

Neste capítulo final importa regressar às questões de partida deste estudo. O que é o desenvolvimento e até que ponto este conceito nos serve ainda hoje, após décadas de debates, reformulações e contrapropostas? E como é que cada uma e cada um de nós percebe este tema? Que lugar ou que poder, é que cada um de nós tem ou pode assumir no desenvolvimento, tendo um papel profissional ou voluntário neste campo ou simplesmente como cidadão ou cidadã?

Importa regressar também a algumas afirmações sobre a EDCG. Sobre a sua inscrição na história do setor da cooperação internacional para o desenvolvimento, mas também adicionar informação sobre a sua evolução perante a abundância de perspectivas e controvérsias que caracterizam este campo. Afirmamos que o

desenvolvimento é parte constituinte do nome e da identidade desta ‘educação para’. Efetivamente uma tendência frequente tem sido a de adicionar partes, ou novos conceitos, que melhor descrevam esta abordagem educativa. Concretamente, a parte CG – Cidadania Global - e também, uma expressão utilizada cada vez com maior frequência no contexto nacional, ‘educação para a transformação social’ (ED/ECG/ETS).

Foi neste alinhamento que propusemos que o nosso itinerário de aprendizagem sobre o tema mantivesse presente, durante as incursões teóricas e conceituais do capítulo 1 e as incursões analíticas, instigantes ou contemplativas do capítulo 2, uma ideia de senso comum: a do desenvolvimento como verbo operati-

vo – desenvolver como ação e como processo. Como vimos, as propostas reformistas e alternativas têm trazido novos elementos ao vocabulário e socorrer-se de verbos tais como transformar, regenerar, confluir... Curiosamente, não existe um verbo para ‘resiliência’, uma palavra hoje abundantemente utilizada!

Afirmamos também que a EDCG incita a que cada um e cada uma de nós individualmente encontre os seus caminhos e sentidos de aprendizagem enquanto processo aberto ao longo da vida. Propõe por isso, levantar questões sem prescrever respostas e soluções, as quais têm que ser encontradas na relação com ‘o(s) outro(s)’.

Afirmamos ainda que a EDCG não é neutra. Não o é porque não vacila perante

os valores e os fins da justiça social, da paz, dos direitos humanos do respeito pelo ambiente e o planeta. Mas não é uma educação para o conhecimento de conteúdos sobre estes temas. É uma educação para ligar a nossa ação individual, local, micro, à escala coletiva, comunitária, global. É uma educação para (verbos operativos) pensar, sentir, ser, poder, agir... É, portanto, uma abordagem que procura ir além de estratégias de reprodução das lógicas dominantes de funcionamento dos sistemas económicos, políticos e sociais dominantes e que assume uma postura ativa na busca de equilíbrios perante as ameaças e os desafios atuais.

Ao longo do itinerário de aprendizagem desta coleção de estudos formativos fomos utilizando metáforas para

nos referir à EDCG, designadamente, lentes, roteiros e barómetros. Neste capítulo, exploramos estas metáforas para explicitar as características desta abordagem educativa. Para partilhar com e para convidar quem nos lê a juntar-se a estas lentes de leitura do mundo, a implementar os seus princípios e a exercitar a reflexão a partir de instrumentos tais como os roteiros e os barómetros.

Do desenvolvimento à Educação para o mesmo e mais além

A EDCG emerge e evolui em paralelo com o contexto e condicionantes históricas do desenvolvimento, da cooperação internacional e das relações Norte-Sul, com uma intenção explícita de educar para o desenvolvimento, enquanto algo processual, em construção e para o qual todos e todas contribuem e podem aprender ao longo da vida. Sendo este um contexto que se vai tornando crescentemente mais plural e complexo (Mesa, 2014), é também acompanhado pela evolução dos próprios conceitos e abordagens.

A partir do trabalho de investigadoras que se têm debruçado sobre este campo – designadamente, Mesa (2014) e Andreotti (2014) – apresentamos de forma sucinta a evolução do conceito e das práticas deste campo.

1949

Abordagem caritativa-assistencialista

Os primórdios deste campo, ainda não enquadrados num âmbito educativo, surgem nas décadas de 1940 e 1950 através de atividades de sensibilização social e recolha de fundos por parte de Organizações Não Governamentais (ONG), na sua maioria de carácter humanitário e/ou religioso, visando dar uma resposta de curto prazo perante situações de emergência e conflito (desastres,

guerra, fome). Tratava-se de um enfoque de carácter sobretudo caritativo e assistencialista, que traduzia uma perspetiva eurocêntrica da ajuda do Norte em relação ao Sul.

Surgimento da ED

– Educação para o Desenvolvimento

1960/70

Decorrente dos processos de descolonização e da fundação de novos estados independentes, irrompe na agenda internacional o tema do “subdesenvolvimento” associado ao então designado “terceiro mundo”, que se propõe enfrentar com uma abordagem desenvolvimentalista. A Organização das Nações Unidas (ONU) elege a década de 1960 como a Primeira Década de Desenvolvimento. Surgem, então, os programas oficiais de ajuda ao desenvolvimento, bem como as novas Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) que iniciam projetos de desenvolvimento no Sul. É neste contexto que emerge o campo da Educação para o Desenvolvimento (ED), que compreendia atividades de informação relacionadas com os projetos das ONGD e de angariação de fundos para o prosseguimento dos mesmos. Procurando distanciar-se do modelo assistencialista anterior, o

novo discurso assenta na ideia de cooperação para o desenvolvimento, reconhecendo algum protagonismo às comunidades onde se intervinha. Ainda assim, a perspetiva eurocêntrica era perpetuada já que o padrão de referência era o modelo de desenvolvimento linear dos países ocidentais (assente na ideia de modernização e crescimento económico).

1980/90

Novas abordagens de ED – crítica, solidária, sustentável, emancipatória

Desde o final da década de 1960, assiste-se a uma vaga de ativismo internacional alimentado quer pelos Movimentos de Libertação Nacional no hemisfério Sul, quer por movimentos sociais no hemisfério Norte em oposição ao autoritarismo e à guerra no Vietname (com destaque para Maio de 1968). Coloca-se em causa o paradigma de desenvolvimento ocidental e eurocêntrico e afirma-se que o “subdesenvolvimento” era fruto do legado estrutural da colonização sobre estes países, que se continuava a reproduzir através de novas formas de colonialismo. Surge, então, na década de 1970, um movimento de rutura na abordagem ao desenvolvimento, que vai determinar a procura de novos conteúdos para o conceito de desenvolvimento, bem como de conceitos

alternativos a este: sustentabilidade ambiental, democracia, protagonismo comunitário, direitos humanos, redistribuição, são alguns dos valores almejados.

Neste contexto, configura-se um novo cenário para a ED caracterizado por enfoques mais críticos, pelo reconhecimento das interdependências Norte-Sul, e em particular a responsabilidade histórica do Norte em relação ao Sul, por novas propostas pedagógicas e metodológicas. Esta deixa de estar centrada em atividades de caráter informativo e orientadas para a angariação de fundos para procurar compreender as causas estruturais dos níveis assimétricos de desenvolvimento e agir sobre as mesmas. Ao longo dos anos 1980, o confronto com o fracasso dos modelos de desenvolvimento seguidos até então e com a complexidade da problemática do desenvolvimento conduz a uma diversificação da agenda da ED para outros conteúdos estruturantes como as questões étnico-raciais e de género. Por outro lado, este processo é acompanhado de um questionamento do próprio modelo de desenvolvimento do Norte, assente na exploração de recursos do Sul e na depredação insustentável de recursos naturais.

A viragem da Cidadania Global

2000/2010

A partir dos anos 1990, a constatação de que a crise do desenvolvimento é um problema tanto dos países do Sul como do Norte, tanto dos países de Leste como do Ocidente, e de que os vários hemisférios, níveis e escalas são profundamente interdependentes, conduz a uma viragem na abordagem ao desenvolvimento enquanto questão global que afeta todo o planeta. Um conjunto de abordagens críticas põe em causa, como vimos, o próprio conceito de desenvolvimento considerado “altamente ideologizado, culturalmente ocidentalizador e eurocêntrico, e económica, social e ambientalmente inviável” (Mesa, 2014; p. 43). Impõe-se deste modo também uma revisão do que até então se entendia por ED. Ao mesmo tempo, a aceleração do fenómeno de globalização e interdependências e os desafios que se colocam à esfera de Estado-Nação também configuram um novo cenário e novos desafios para a ED. Como identifica Manuela Mesa, a ED é desafiada, por um lado, pela criação de novos regimes e instituições para a governação mundial e, por outro lado, pela necessidade de “dar a estas instituições e regimes um carácter e um conteúdo democráticos, permitindo que

os cidadãos participem nos assuntos internacionais”. Considera assim que “a educação para o desenvolvimento dos anos 90, como salientou Nora Godwin, é, neste sentido, uma ‘educação para a cidadania global’” (Mesa, 2014; p. 44).

Esta trajetória mostra que a EDCG é um processo dinâmico, que gera reflexão crítica, através do qual se procuram integrar os seus próprios limites e contradições, no sentido de uma maior justiça social. Como tal, são já observáveis novos desdobramentos dentro da EDCG – designadamente a partir das reflexões de Vanessa Andreotti (2014) sobre *Educação para a Cidadania Global Soft versus Critical* e da proposta *otherwise* (de outro modo) do coletivo GTDF - Gestos Rumo a Futuros Decoloniais (Andreotti *et al.*, 2019) (conforme apresentamos no primeiro estudo desta coleção dedicado ao tema da Pobreza e Desigualdades – e novos desenvolvimentos como o conceito de *Educação para a Transformação Social* (ETS).

Em Portugal, o conceito atualmente mais consensual é precisamente o de *Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global* (EDCG), enquanto noutros contextos a palavra desenvolvimento caiu definitivamente falando-se de *Educação para a Cidadania Global* ou *Educação Global*.

2023

Declaração Europeia Sobre Educação Global Até 2050

Em 2022 o GENE - Global Education Network Europe convocou um vasto leque de intervenientes para debater em congresso a sua visão e compromissos para a Educação Global até 2050. Entre os intervenientes participaram “desde organizações de juventude, sociedade civil, governos locais e regionais, academia e pares e colegas de outras regiões; e em estreita cooperação com a Comissão Europeia, o Conselho da Europa, a OCDE, a UNECE, e a UNESCO. Deste congresso resultou a Declaração Europeia sobre Educação Global até 2050 e o Quadro Estratégico Europeu para o reforço da Educação Global na Europa até ao mesmo ano.

Singularidades desta educação para... – um roteiro e um barómetro EDCG

¹⁵ ENED

¹⁶ Referencial de ED

Em Portugal, esta abordagem educativa assume um reconhecimento estratégico no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e um reconhecimento no âmbito do sistema nacional de educação. A ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento foi aprovada pela primeira vez em 2010. Na sua última revisão vigente até 2022, a ENED estabeleceu quatro eixos estratégicos: reforçar a capacidade de intervenção em ED em Portugal; alargar o alcance a qualidade da intervenção; afirmar a importância e promover a transversalização da ED; consolidar a implementação da ENED¹⁵. Também no plano das políticas de educação, esta área está reconhecida desde 2016, através do Referencial ED¹⁶ para os vários níveis do ensino formal, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. É ao estudo dos seis temas reconhecidos neste referencial que se dedica a presente coleção - A urgência de ler o mundo.

É no âmbito da ENED que se enquadra o Projeto ED Comunicar, no qual esta coleção de estudos se insere, e cujo objetivo central é o de disseminar a abordagem da EDCG. Disseminar, designadamente, junto da população portuguesa e dos profissionais e voluntários que atuam em sectores

de atividade que desempenham um papel preponderante no desenvolvimento (seja ele comunitário, local, regional ou nacional, ou seja ele no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento, ou seja, agindo a uma escala transnacional).

Em coerência com o percurso histórico plural e controverso do tema do desenvolvimento e da abordagem educativa que com ele nasceu, encontrar definições claras e consensuais para definir EDCG não é tarefa simples, o que tem constituído um desafio à sua afirmação e apropriação fora do contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento. Simultaneamente, existe hoje uma pluralidade de ‘Educações para’, entre as quais a Educação para a diversidade e a inclusão, a igualdade de género, o desenvolvimento sustentável, a paz ou os direitos humanos. É também perante estas outras educações que a EDCG encontra o desafio de afirmar a sua singularidade e pertinência.

Nesta coleção de estudos, seguimos de perto a definição da Plataforma Portuguesa das ONGD, elaborada com base num amplo debate entre as suas associadas. A definição integral da PPONGD pode ser consultada

na *ficha temática* que disponibiliza no seu *website*. Para efeitos deste estudo, salientamos aqui elementos chave que permitem destacar algumas das suas características distintas.

A EDCG distingue-se de outras ‘Educações para’ temas diversos. O seu foco não é temático, é processual, trata-se de “uma outra forma de analisar a realidade”. É entendida como abordagem que promove a “aprendizagem e a transformação social através da ação individual e/ou colaborativa”, “a partir de uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica da realidade, (...) inter-relaciona um tema concreto com as causas das desigualdades onde quer que elas existam”. Esta “**outra forma de analisar a realidade**” é balizada por mais dois elementos centrais: os **princípios e valores** orientadores da sua visão e ação (justiça social, bem comum, direitos humanos, sustentabilidade, colaboração, aprendizagem ao longo da vida, entre outros) e os **papéis que desempenha** (facilitar processos individuais e coletivos de aprendizagem; consciencializar, construir caminhos comuns, desconstruir narrativas insustentáveis, promover processos de influência política, entre outros).



Foi com base neste entendimento da EDCG e nos contributos das ONGD que trabalham nesta área que elaboramos um instrumento de análise e reflexão que designamos por roteiro de EDCG. Um roteiro de nove princípios adaptável a qualquer tema e que percorreu transversalmente esta coleção de estudos. Vejamos a proposta de rever a abordagem ao desenvolvimento por um roteiro EDCG: Roteiro Autoreflexivo pela lente de EDCG (em cima).

Foi ainda com base neste entendimento da EDCG que propusemos um outro instrumento de reflexão e análise – o barômetro EDCG -, este associado preponderantemente aos papéis que esta abordagem desempenha. Enquanto ‘educação para’, a EDCG ambiciona transformar a realidade social através da transformação das pessoas, dos grupos e das comunidades. Trata-se, como também em outras abordagens educativas, de desenvolver capacidades e competências, formar cidadãos e cidadãs conscientes e intervenientes na desconstrução dos mecanismos de reprodução social das desigualda-

des e na construção de presentes e futuros onde prevaleçam os valores que defende. Reconhecidamente, as capacidades e os saberes hoje não se limitam a acumular conhecimentos temáticos ou à reprodução de modos de fazer funcionalistas. Como vimos ao longo deste e dos restantes estudos desta coleção, há um conjunto extenso de competências que nos são cada vez mais exigidas, tais como: o exercício da ética, a gestão de conflitos, a inteligência emocional, o pensamento crítico, sistémico e exploratório... Em particular, a EDCG convoca ainda para o exercício da autorreflexão e da reflexividade subjacente aos processos de tomada de consciência e à ação transformadora.

Barómetro da EDCG para o desenvolvimento

Convidamos as nossas leitoras e leitores a experimentar o meu barómetro EDCG para o desenvolvimento.

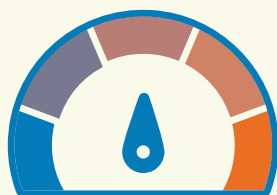
Processo de Aprendizagem

Pensamento Crítico

Experimentação e Participação

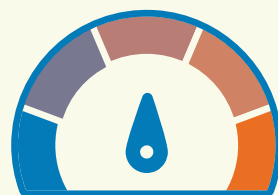
Alteridade e Interdependência

Ver [Roteiro Autorreflexivo pela lente de EDCG](#)



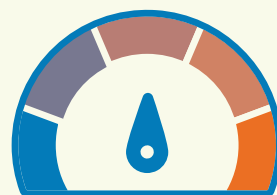
Modos de **Sentir**

*Que sentimentos e emoções predominam em si quando pensa nestes assuntos do desenvolvimento?
Sente que lhe são estranhos? Difíceis?
Sente otimismo ou pessimismo?*



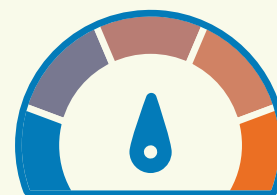
Modos de **Ver e Pensar**

*O que é para si o desenvolvimento?
O tema é que familiar? Conhecia as perspetivas que foram explanadas ao longo deste estudo?
Foi estimulada/o ou inspirada/o a procurar saber mais?*



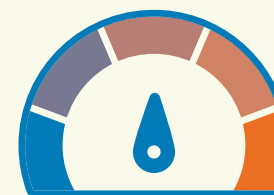
Modos de **Poder**

*Até que ponto sente que tem tido um papel, ou que pode ter um papel no desenvolvimento?
Que tipos de papel se pode ter no desenvolvimento?*



Modos de **Ser**

*Até que ponto sente ser uma pessoa de ação, de reflexão e/ou de contemplação?
Até que ponto considera ser que lhe cabe tomar atitudes em prol do desenvolvimento?*



Modos de **Agir**

Até que ponto e de que forma sente que individual e coletivamente com outras pessoas e organizações pode contribuir para o desenvolvimento?

Posfácio

No seu ensaio, *Navegar em águas turvas com líquenes, fungos e plantas ruderais*, Teresa Castro¹⁷ (2023) propõe novos verbos operativos ao nosso vocabulário. Verbos que inspiram perante o gesto de incitação com o qual iniciamos este estudo ao afirmar: *entre o que já sabemos que não pode ser e o que será, o desenvolvimento é o que decidirmos (ou não) fazer agora*. Verbos que inspiram perante a urgência de agir (ou seja, acionar operativamente um ‘gesto’, seja ele pensar, refletir, fazer, *desenvolver* ou muitos outros) no sentido de encontrar conteúdos substan-

tivos (ideias, conceitos, significados, sentidos, sejam eles de desenvolvimentos alternativos ou de alternativas ao desenvolvimento) para construir coletivamente os destinos da humanidade e do planeta. Castro propõe uma leitura entre o universo dos organismos vivos, dos humanos e do cinema. Detenhamos a atenção sobre uma das suas propostas de verbo: ruderalizar.

¹⁷ Teresa Castro é professora associada na Universidade Sorbonne Nouvelle, trabalhando também como crítica e programadora cinematográfica. Uma parte significativa da sua pesquisa atual concentra-se sobre as ligações entre cinema e animismo, ecocrítica, ecofeminismo e as formas de vida vegetais na cultura visual. O seu ensaio “Navegando Águas Turvas com Líquenes, Fungos e Plantas Ruderais” deu origem ao micro-site “Segredos da Natureza”, produzido pela Culturgest (2021). O seu trabalho sobre o vegetal, bem como a sua implicação num jardim urbano comunitário, conduziram-na às ervas daninhas, às plantas ruderais e também à questão do biotariado (Castro, 2023).

Ruderalizar

A capacidade que os cogumelos têm de brotar do chão da noite para o dia parece ter cativado a imaginação dos humanos desde sempre. Plínio, o velho considerava este fenómeno uma das maravilhas da natureza; os Potawatomi, um povo das Grandes Planícies, têm até uma palavra para ele: puhpowee. Como explica a bióloga Robin Wall Kimmerer, originária da Nação Potawatomi, os povos autóctones encontram-se consideravelmente melhor equipados do que os “ocidentais” para pensar o mundo natural, uma vez que possuem uma “gramática da animação” que é também uma gramática da intimidade (2013, pp. 48-59).

É verdade que nos faltam palavras para falar dos cogumelos, dos líquenes, das micorrizas e de tantas outras “coisas”. E é verdade que as palavras importam. Por exemplo, algumas espécies vegetais são descritas como ruderais, do latim rudus, ruderis: cascalho, entulho, escombros, ruínas. A utilização do termo num contexto botânico remonta à nomenclatura estabelecida pelo naturalista sueco Carlos Lineu. No seu *Systema Naturae* (edição de 1758), ruderale designa o tipo de solo onde crescem certas plantas. Por exemplo, a verbena (*verbena officinallis*) aprecia as fossas húmidas, as beiras arenosas das estradas, ou as cascalheiras abandonadas: em resumo, ambientes ruderais típicos.

As plantas ruderais são aquelas que crescem espontaneamente em meios antropizados, isto é perturbados pela ação ou pela presença humana: sarjetas, passeios, canteiros de árvores saturados de urina, baldios, beiras de estradas e caminhos de ferro, orlas de campos de cultivo, destroços, terrenos erodidos ou afetados por deslizamentos de terra, etc. Medram em locais improváveis: nas brechas dum muro, por entre a gravilha das linhas ferroviárias, no meio dum aterro industrial. Algumas carregam a condição desafortunada na nomenclatura latina: *lepidium ruderale*, *cymbalaria muralis* (“ruínas”), *sempervivum tectorum* (sempre-viva dos telhados), *viola canina* (violeta-canina ou benesse-da-beira).

O ruderal é vítima do imaginário pejorativo da perturbação. Talvez por essa razão as plantas ruderais tenham um estatuto um pouco turvo, como as águas pluviais que disseminam as suas sementes. Muitas vezes ignoradas, outras espezinhas e tidas por “daninhas”, as plantas ruderais “gostam” da poluição. Por isso, são também as “pioneiras” que revitalizam e regeneram os solos danificados, ou as companheiras que algumas ainda sabem utilizar e preparar (a beldroega é deliciosa em sopa e a verbena é uma erva medicinal bem conhecida). Ou seja, algumas plantas ruderais curam os so-

los e os corpos. Ao contrário dos fungos, o ruderal não surge após as catástrofes colossais, como os bombardeamentos e acidentes nucleares: o ruderal floresce nas ruínas quotidianas do capitalismo, como as terras saturadas de ferro, fosfatos e, claro, nitratos (muitas ruderais são nitrófilas). Tal como o matsutake, a vegetação ruderal é aquela que desponta apesar da devastação. As plantas ruderais são as migrantes do reino vegetal, a flora vagabunda do inconsciente ecológico, a antifloresta dos baldios e das periferias, a vegetação dos comuns contaminados e subalternizados, a condição intersticial dos subcomuns. Têm má fama: chamam-nas de “invasoras” e “oportunistas” e acusam-nas de “homogeneização biótica”, alimentando fantasias de ecossistemas virgens, inseparáveis de construções nacionalistas. Talvez por isso, as ruderais não tenham merecido um filme da série *The secrets of nature* só para si, como se o narcisismo dos humanos os impedisse de antropomorfizar vidas tão rasas. As plantas ruderais são o lumpenproletariat do biotariado.

E, no entanto, nada pode ser tão sugestivo como deparar com uma serralhinha (*sonchus oleraceus*) que cresce nos interstícios dum passeio, “fazendo mundo” entre a calçada e a parede. Incarnando o estranho, o indesejado, o vagabundo – mas também

o múltiplo, o descentrado e o emaranhado –, as ruderais são companheiras adequadas para aquelas e aqueles que se movem num qualquer entremeio. Aquelas e aqueles que disseminam o feral e a diferença em todos os tipos de monoculturas asfixiantes; aquelas e aqueles que prosperam nas brechas dos discursos dominantes; aquelas e aqueles que nos convidam a ler a contrapelo. Navegar em águas turvas com líquenes, fungos e plantas ruderais é exercermos o dever vital da imaginação.

Teresa Castro (2023), *Navegar em águas turvas com líquenes, fungos e plantas ruderais*, in *Mutantes das Comédias do Minho: territórios, artes e aprendizagens*, Comédias do Minho (no prelo).

Para conhecer melhor o pensamento desta autora, escute as suas propostas. “Numa série de quatro vídeos inéditos, a investigadora fala-nos de organismos vivos que nos ajudam a pensar outras dimensões da esfera humana e a sua relação com o cinema”.

Fonte: <https://www.culturgest.pt/en/media/cinema-razao-ecologia-microsite/#cinema-ecologia>

Referências

Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante.

Amaro, R.R. (2017) 'Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!', *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), pp. 75–111. doi:10.4000/cea.2335.

Andreotti, V. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft versus Critical. *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social*, n.º 1. Disponível em: <https://sinergiased.org/vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical/>

Castro, T. (2023). Navegar em águas turvas com líquenes, fungos e plantas ruderais. In *Mutantes das Comédias do Minho: territórios, artes e aprendizagens*. Comédias do Minho (no prelo)

Chuji, M., Rengifo G. e Gudynas E. (2019), Buen Vivir, in *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*, Icaria editorial, Barcelona (p. 188-192).

Demaria, F. e Latouche, S. (2019), Decrecimiento, in *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*, Icaria editorial, Barcelona (p. 204-207).

Estivill, J. (2022), Encontros e desencontros do desenvolvimento local e comunitário e da economia solidária. In Estivill, J. e Balsa, C. (orgs.) *Economia Local, Comunitária E Solidária – O desenvolvimento visto de baixo*. Famalicão: Húmus.

Gómez, J. R. M. (2011). Crítica Ao Conceito De Desenvolvimento. Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho, 3(1). <https://doi.org/10.33026/peg.v3i1.798>

Gonçalves, M. C. (2021). *A Reconstrução Imaginária de Sants: Eco-*

nomia Solidária, utopias para transformação eco-social. Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, ISCTE.

Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F., Acosta, A. (coords.), (2019). *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*, Icaria editorial, Barcelona.

Lacher, A. (2018). A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas. *Mundo Crítico – Revista de Desenvolvimento e Cooperação*, 1: 35-62.

Lang, M. (2016). *Alternativas ao Desenvolvimento*. In Dilger, G.; Lang, M; Pereira Filho, J. (orgs) *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/ Editora Elefante.

Le Grange, L. (2019) Ubuntu, in *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*, Icaria editorial, Barcelona (p. 470-472)

Lima, M. e Faustino, S. (2023). Confluência pela Agroecologia. *Jornal Mapa*. Disponível em: <https://www.jornalmapa.pt/2023/05/02/confluencia-pela-agroecologia/>

Mesa, M. (2014). Precedentes y evolución de la educación para el desarrollo: un modelo de cinco generaciones. *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social*, n.º 1. Disponível em: <https://www.2013-2021sinergiased.org/index.php/revista/item/52-manuela-mesa-precedentes-y-evolucion-de-la-educacion-para-es-desarrollo-un-modelo-de-cinco-generaciones>

Moore, J. W. (2021). Del gran abaratamiento a la gran implosión. Clase, clima y la Gran Frontera. *Relaciones Internacionales*, nº 47, pp. 11-52. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2021.47.001>

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Tempos incertos, vidas instáveis: A construir o nosso futuro num mundo em transformação*. PNUD. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf>

Santos, E.; Braga, V.; Souza, R.; e Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. Revista DRd – *Desenvolvimento Regional em Debate*, ano 2, n.º1. <http://hdl.handle.net/10400.22/1858>

UNESCO, Correio da UNESCO, abril-junho de 2018, n.º 2. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261900_por



julho 2023

Estudo Formativo ED-Comunicar: do Conhecimento à Mobilização

AUTORIA Associação A3S
Carlota Quintão e Joana Marques

PARCERIAS

Coordenador: **ADRA Portugal**

AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

COFINANCIAMENTO

Camões | Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

DESIGN GRÁFICO

Ridesign

FOTO DA CAPA

“Teeter-Totter Wall”, Designers: Ronald Rael, Virginia San Fratello, Rael San Fratello; **Fotografia: Ronald Rael e Virginia San Fratello**
| Exposição “Designing Peace”, Cooper Hewitt, Smithsonian Design Museum.

